

Ampliação da (nossa) sede

Concurso para a Ordem dos Arquitetos - Sul

Maria Gabriela Ascensão Pereira de Paula

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(mestrado integrado)

Orientadora: Professora Doutora Inês Daniel de Campos

janeiro de 2021

“Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado
que nunca existiu anteriormente”

Viollet-le-Duc, 1855

Agradecimentos

À Professora Doutora Inês, pela continua motivação, apoio, disponibilidade e conhecimento partilhado.

Ao Professor Doutor João Castro Gomes pela sugestão de materialidade durante a investigação.

À minha família, por todo o apoio e paciência ao longo deste percurso.

À Ana, à Adriana e à Vera, pela amizade e por toda a ajuda neste processo.

Ao João Bernardo Amaral, pelo apoio e ajuda.

A todos um especial obrigado.

Resumo

Na ampliação da (nossa) Sede, pretende-se através de uma reflexão crítica, o desenvolvimento de um projeto prático que visa dar resposta ao Concurso da Ampliação da sede da Ordem dos Arquitectos, promovido pela Ordem dos Arquitectos.

A sua implantação é composta por dois edifícios independentes, o edifício “Banhos de São Paulo”, datado em 1868, atual Edifício da Sede da Ordem dos Arquitectos, localizado em Lisboa, que sofreu a sua última recuperação pelos Arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, inaugurado em 1994. O segundo edificado, como é denominado no programa preliminar do concurso, o “Edifício Anexo”, localizado, aparentemente, no tardo do Edifício da Sede, com o decorrer dos anos foi sofrendo algumas alterações e se degradando, acabando mesmo por parte da cobertura ter sido retirada, como medida de prevenção.

A proposta incidirá sobre o “Edifício Anexo”, partindo do programa do concurso, que pretende dar uma nova função ao espaço, que se encontra em mau estado de conservação, tendo em conta todos os condicionantes a respeitar pela sua localização e o seu passado histórico. Estando classificado como Imóvel de Interesse Público, designado por Lisboa Pombalina.

A proposta pretende refletir essa compilação de conhecimentos, promovendo e valorizando o edifício, como um conjunto, através da conceção de novos espaços, com características públicos e privados, providenciando novas vivências aos seus possíveis utilizadores.

Palavras-chave

Arquitetura; Edifício Banhos de São Paulo; Sede da ordem dos Arquitectos; Reabilitação; Lisboa

Abstract

In Expansion of (our) Headquarters, it is intended to produce a critical reflection, which consists into the development of a practical project and the writing of a descriptive and explaining memory, to respond to the Contest for the expansion of the headquarters of the "Ordem dos Arquitectos", promoted by the latter.

Its architectural composition consists of two independent buildings: the "Sede de São Paulo" Building, the headquarters building, located in Lisbon, dating from 1868, which experienced its last restoration by the Architects Manuel Graça Dias and Egas José Vieira, inaugurated in 1994 and the second building, the "Edifício Anexo", as it is called in the preliminary contest program, located in the back area of the Headquarters building, which has experienced some modifications and deterioration over the years, resulting in the removal of part of the coverage, as a preventive measure.

The intervention will focus on the "Edifício Anexo", beginning from the contest memoranda, where it is desired to establish a purpose within the space to intervene, which is in a bad state of conservation, taking into account all the stipulations both for its location and its past history as it is classified as a Property of Public Interest, designated by "Lisboa Pombalina".

This project intends to transpose the beforehand known set of information, promoting and valuing the building, as a whole, through the conception of new spaces, with public and private natures, providing new experiences to its possible users.

Keywords

Architecture; Banhos de São Paulo Building; Headquarters of the Order of Architects; Rehabilitation; Lisbon

Índice

Introdução	1
1. Os Banhos de São Paulo	3
1.1. Localização.....	3
1.2. Lisboa (Pombalina)	4
Lisboa antes do terramoto de 1755	4
O terramoto 1755	4
Plano de Manuel da Maia.....	5
Atualmente.....	9
2. Projeto dos Banhos de São Paulo	14
3. Reabilitação para a Sede da Ordem.....	16
4. Edifício Anexo	22
5. Contextualização.....	27
Classificações do edificado	27
Cartas, convenções e recomendações.....	30
Princípios orientadores para a intervenção	33
6. Fachadismo	35
7. Proposta de intervenção	39
Estratégia	39
Intervenção	40
Programa.....	41
Fachada	46
8. Conclusões finais	48
Anexo I.....	50
Plástico	50
Bibliografia	54

Lista de Figuras

Figura 1 - <i>Localização da freguesia da Misericórdia; retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Miseric%C3%B3rdia_(Lisboa) a: 23 de março de 2020</i>	3
Figura 2 – <i>Parte central da planta de Lisboa antes do terramoto, em 1650, por J. N. Tinoco; retirado de (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989) a 11 de março de 2020</i>	4
Figura 3 - <i>Propostas apresentadas para edificação do centro da cidade de Lisboa; retirado de (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989) a 11 de março de 2020</i> ...	6
Figura 4 - <i>Esquema da nova organização do centro da cidade; esquema realizado pela autora</i>	8
Figura 5 – <i>Esquema de evolução da cidade de Lisboa; Retirado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17425/1/Teixeira_Sampayo.pdf a 1 de abril de 2020</i>	10
Figura 6 - <i>Miradouro da graça; fotografia da autora</i>	11
Figura 7 - <i>Torre de Belém; fotografia da autora</i>	11
Figura 8 – <i>Estação do oriente; fotografia da autora</i>	11
Figura 9 - <i>Parque das Nações; fotografia da autora</i>	11
Figura 10 - <i>MAAT; fotografia da autora</i>	11
Figura 11 - <i>Terreiro do Paço; fotografia da autora</i>	11
Figura 12 - <i>Interior do Time Out; fotografia da autora</i>	13
Figura 13 - <i>Alçado frontal do "Anexo", com o edifício dos antigos correios de fundo; fotografia da autora</i>	13
Figura 14 - <i>Banhos de São Paulo, 1651; retirada https://www.ordemdosarquitectos.pt/documents/11013/12732/historia_banhos_sao_paulo.pdf/bf994138-8391-4927-a3fe-da2fdfoa18d5 a 17 de setembro de 2020</i>	15
Figura 15 - <i>Claraboia do poço de luz existente na construção original; retirada https://www.ordemdosarquitectos.pt/documents/11013/12732/historia_banhos_sao_paulo.pdf/bf994138-8391-4927-a3fe-da2fdfoa18d5 a 17 de setembro de 2020</i>	15

Figura 16 – Galeria de circulação existente na construção original; retirada https://www.ordemdosarquitectos.pt/documents/11013/12732/historia_banhos_sao_paulo.pdf/bf994138-8391-4927-a3fe-da2fdfoa18d5 a 17 de setembro de 2020;.....	15
Figura 17 - Maqueta da proposta da Sede OA; retirado http://www.contemporanea.com.pt/aap_05.html a 17 de novembro de 2020.....	16
Figura 18 - Corte do projeto da Sede OA; retirado http://www.contemporanea.com.pt/aap_05.html a 17 de novembro de 2020.....	16
Figura 19 -Recriação do poço de luz existente e das galerias de circulação; fotografia da autora.	17
Figura 20 – Vista sobre o alçado principal do Edifício da Sede e o lateral; fotografia da autora..	18
Figura 21 - Escadas de acesso principal da Sede; fotografia da autora.....	19
Figura 22 - Escadas de acesso ao auditório; fotografia da autora.....	19
Figura 23 - Interior do bar existente; fotografia da autora.....	20
Figura 24 - Zona de passagem; fotografia da autora	20
Figura 26 - Destaques dos jornais nacionais da época; retirado de https://www.oasrs.org/media/uploads/AAP_BSP.pdf a 5 de março de 2020	21
Figura 27 – Extrato da planta de Lisboa, de Filipe Folque, 1856; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020.....	22
Figura 28 - Extrato da planta de Lisboa, de Pinto da Silva, referente ao ano 1911; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020	22
Figura 29 – Projeto inicial do Edifício Anexo, dezembro de 1897; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020.....	23
Figura 30 - Planta do piso térreo do edifício "Anexo"; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020	23
Figura 31 - Fachada Principal; fotografia da autora	24
Figura 32 - Pormenor da fachada, visivelmente danificada; fotografia da autora	24
Figura 33 - Modelo estrutural horizontal de travamento; retirada do enunciado do concurso a 6 de novembro de 2020.....	24

Figura 34 – <i>Imagens do Interior do "Anexo"; fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso</i>	25
Figura 35 - Vista da cobertura do edificado; fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos ..	25
Figura 36 - <i>Vista da cobertura do edificado; fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso</i>	25
Figura 37 - Relação do logradouro com o edificado da frente; fotografia da autora	26
Figura 38 - Relação do logradouro com a edifício adjacente; fotografia da autora.....	26
Figura 39 - Parede do logradouro; fotografia da autora	26
Figura 40 - <i>Vista da entrada, do sombreamento, saída de emergência do auditório da OA fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso</i>	26
Figura 41 - Planta com indicação da área designada de Lisboa Pombalina;	29
Figura 42 - <i>Fachada existente da casa dos Bicos, Lisboa; Retirado de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489 consultado a 13 de novembro de 2020</i>	36
Figura 43 - <i>Fachada atual da Casa dos Bicos, Lisboa; Retirado de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489 consultado a 13 de novembro de 2020</i>	36
Figura 44 - <i>Edifício pré-existente do Cineteatro Éden, Lisboa; Retirado http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228 a 13 de novembro de 2020</i>	37
Figura 45 - <i>Fachada atual do Cineteatro Éden, Lisboa; retirado http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228 a 13 de novembro de 2020</i>	37
Figura 46 – Esquema dos limites construídos	39
Figura 47 - Esquema dos núcleos; realizado pela autora.....	40
Figura 48 - Planta do piso 0	42
Figura 49 - Planta do piso 1	43
Figura 50 - Planta do piso 2.....	44
Figura 51 - Fotomontagem da intervenção	46

Figura 52 – Codificação dos tipos de Plásticos; Desenhos realizados pela autora.....	52
Figura 53 - Produção de resíduos de plásticos na UE, em 2015.....	52
Figura 54 - Tipo de plásticos existentes; esquema da autora	53

Lista de Acrónimos

AAP	Associação dos Arquitetos Portugueses
IIP	Imóvel de Interesse Público
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OA	Ordem dos Arquitectos

O texto da presente dissertação encontra-se escrito em português, obedecendo ao novo Acordo Ortográfico.

Algumas das imagens apresentadas foram recortadas e/ou sofreram alterações de cor relativamente às originais.

Introdução

Esta dissertação teórico-prática intitulada *Ampliação da (nossa) Sede*, tem como caso de estudo uma proposta de projeto que dê resposta ao Concurso público para a Ampliação da sede da Ordem dos Arquitetos, promovido pela Ordem dos Arquitetos.

A Sede da Ordem dos Arquitetos – Nacional e Sul, localizado em Lisboa, é composta atualmente por dois edifícios independentes, o edifício “Banhos de São Paulo”, Edifício da Sede, recuperado pelos Arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira. E o segundo edifício, como é denominado no programa preliminar do concurso, o “Edifício Anexo”, localizado no tardo do edifício referido anteriormente. A intervenção incidirá sobre este, partindo do programa do concurso.

Pretende-se que esta dissertação seja dividida em dois momentos. O primeiro momento será composto por cinco capítulos, com uma breve análise histórica da implantação deste conjunto edificado, com uma análise da recuperação executada pela dupla de Arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, de forma a compreender melhor o Edifício principal da Sede, em relação à sua última grande intervenção e uma possível relação com a nova proposta de intervenção. De seguida será feita uma descrição sobre o estado atual do Edifício Anexo e relação com a envolvente. Concluindo com um capítulo de contextualização, onde é analisado definições, cartas, convenções e recomendações internacionais sobre reabilitação, para que a proposta consiga respeitar estas mesmas restrições e classificações a que o edifício está abrangido, o seu enquadramento histórico e os princípios orientadores.

O segundo momento incidirá sobre o espaço a intervir, estando diretamente relacionada com a proposta, elaborando uma memória justificativa da mesma, seguindo-se uma reflexão sobre fachadismo, terminando assim este documento com as considerações finais.

O objetivo desta proposta de intervenção pretende colmatar a reabilitação de duas frentes de rua, sendo que o edifício existente, devido ao mau estado de conservação, serve apenas como “muro” de vedação de um espaço com a rua, que remata a malha pombalina na qual está inserido. Pretende-se que a proposta arquitetónica consiga cumprir os quatro princípios orientadores estabelecido no programa. Que este estabeleça uma relação entre o seu passado histórico, bastante presente na fachada neoclássica do edifício principal e todas as alterações sofridas ao longo do tempo, os edifícios das proximidades e a com a sua nova função proposta.

Tendo como base o estudo do seu passado histórico e todos os enquadramentos legais que o incorporam, pretende-se concluir que a proposta apresentada consiga preservar a identidade, valorizando o existente e o local onde está inserido, e que os espaços criados tenham capacidade de se adaptar às várias realidades funcionais, acabando por dar uma função a este espaço que se encontra devoluto.

Dos princípios orientadores estipulados para a proposta, o que se torna mais evidente é a sustentabilidade, sendo que é proposto que a fachada seja num material 100% reciclado, utilizando plástico retirado dos oceanos, que sofrerá um processo de transformação, resultando num material resistente, leve e eco-friendly.

Com a escolha desta materialidade, surgiu a necessidade de perceber melhor este material omnipresente na nossa vida quotidiana, que por vezes fazemos com que tenha uma durabilidade reduzida, assim, a intenção deste é ajudar a combater este lixo marinho, reutilizando-o e dando-lhe uma nova vida.

1. Os Banhos de São Paulo

1.1. Localização

O edifício situa-se na zona litoral de Portugal, nomeadamente na sua capital, Lisboa, mais propriamente na freguesia da Misericórdia, situada na NUT III – Grande Lisboa. (Nepomuceno, 2014)

A freguesia da Misericórdia conta uma área territorial de 2,19km² e 13044 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística dos Censos de 2011. Esta freguesia é uma freguesia recente, criada em 2013 aquando da reorganização administrativa do território das freguesias, resultando da união das freguesias de Encarnação, Mercês, Santa Catarina e São Paulo. Originalmente o local em estudo situava-se na freguesia de São Paulo. (Instituto Nacional de Estatística, Portugal, 2012)

Apesar de não se encontrar na zona do centro histórico de Lisboa, a sua localização encontra-se classificada como “Lisboa Pombalina”, ou seja, não obstante ao facto de não fazer parte do Plano Pombalino, são seguidos todos os princípios de reordenação de arquitetura e urbanismo do pombalino.



Figura 1 - Localização da freguesia da Misericórdia

1.2. Lisboa (Pombalina)

Lisboa antes do terramoto de 1755

Esta cidade tem uma vastíssima história, mas, sem dúvida que ter sido alvo do fatídico terramoto em 1755 foi o grande acontecimento de viragem dessa mesma história.

Lisboa tinha pouca organização e era muito confusa, resultado de várias camadas urbanísticas orgânicas implementadas sobrepostas, onde as ruas eram estreitas e os edifícios amontoados, sem caracterização visível, deixando a capital sem uma caracterização própria. Com a existência do terramoto, surge assim uma oportunidade de reorganizar o centro da cidade, tendo em conta que todos os edifícios que se encontravam neste centro não estavam aptos de uma reabilitação. (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989)



Figura 2 – Parte central da planta de Lisboa antes do terramoto, em 1650, por J. N. Tinoco; retirado de (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989) a 11 de março de 2020

Antes de 1755, Lisboa já era considerada uma cidade grande, contava com mais de 250 mil pessoas, onde ao longo dos séculos foi crescendo sem um plano definido, aumentando conforme as necessidades que surgiam, o que juntamente com a sua geografia acabou por dificultar a malha urbana criada. A cidade contém sete colinas dispostas irregularmente de frente para o estuário do Tejo, o que a tornava um ponto estratégico nas rotas comerciais, fruto das viagens de longa distância que o povo português realizava. (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989)

O terramoto 1755

Seguiu o ano de 1755, no dia 1 de novembro, pelas 9h40, quando Lisboa começou a tremer devido a um sismo de extrema intensidade, de cerca de 9 graus na escala de Richter. Seguindo de um maremoto, que originou vários incêndios e assim destrói violentamente todo o centro da cidade, em poucos minutos deixando por terra tudo que tinha demorado seis séculos a erguer. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983)

Com estas catástrofes o centro da cidade ficou totalmente devastado, causando a perda de património e provocando a morte de 100 mil pessoas. Por ser dia de Todos os Santos, as igrejas

estariam cheias de pessoas na missa, acabando assim por ser dos locais onde foram encontradas mais pessoas mortas entre os escombros.

O terramoto provocou prejuízos inestimáveis, das 20 mil casas existentes na cidade, estima-se que dez por cento destas ficaram totalmente destruída e outros dois terços sem reabilitação possível, dos setenta e dois conventos existentes até então, apenas doze podiam ser reabilitados, os seis hospitais ficaram todos destruídos e os trinta e três palácios da família da corte acabaram destruídos. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983)

Lisboa já tinha sido alvo de vários sismos anteriores a este, mas nenhum teve impacto com este, outras cidades ficaram também fortemente afetadas como na zona do Algarve e em cidades como Setúbal, Santarém e Coimbra. Acabando por não se sentir apenas em Portugal, Marrocos teve estragos semelhantes aos que aconteceram em Portugal e um pouco por toda a Europa.

Apesar de este sismo ter sido sentido por diversos países, o que aconteceu em Lisboa foi único, acabando por esta “catástrofe” impressionar e inspirar várias personalidades um pouco por toda a Europa, como filósofos e poetas, acabando por surgir uma peça de teatro em Paris. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983)

Devido as necessidades de responder à situação em que a cidade se encontrava, chegou Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, posteriormente nomeado de secretário de Estado dos Negócios do Reino, pessoa de confiança do rei, que tinha a difícil missão de «enterrar os mortos e cuidar dos vivos», de modo a evitar pandemias.

Pombal gerou os meios para elaborar os planos de reconstrução da cidade, na ausência do rei na capital, para isto contou com a elaboração de várias hipóteses, planeamento e supervisão das obras a Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, que contava quase oitenta anos de vida. (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989)

Plano de Manuel da Maia

Passado um mês do dia da catástrofe na cidade, a 4 de dezembro de 1755, Manuel da Maia entrega uma «dissertação» com 5 hipóteses possíveis de casos de estudo para reerguer a cidade. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983) (Figura 3)

A primeira hipótese, consistia em reconstruir toda a cidade como se encontrava antes do terramoto, ficava tudo exatamente como estava, a única vantagem encontrada é que os fogos seriam novos, a problemática existente, nos arruamentos, não seria resolvida, mas com esta medida seria possível aproveitar os escombros como material de construção e assim evitando os gastos em os transportar para outro sítio. (França, Urbanismo e Arquitetura, 1980)

Planta nº 1: o Ajudante Pedro Gualter da Fonseca concretiza as intenções descritas na 2ª hipótese.

Concretiza as intenções descritas no 2º modo.



Planta nº 2: o Capitão Elias Sebastião Poppe vai ao encontro do objetivo da 3ª hipótese.

Concretiza as intenções descritas no 2º modo.



Planta nº 3: o Capitão Eugénio dos Santos Carvalho, representa os ideais apresentados na 1ª hipótese.

Concretiza as intenções descritas no 2º modo.



Planta nº 4: o Pedro Gualter da Fonseca, não responde diretamente a uma hipótese apresentada anteriormente.



Planta nº 5: Eugénio dos Santos e Carvalho desenha uma proposta livre de qualquer pré-existência.

Concretiza as intenções descritas no 2º modo.



Planta nº 6: Popper, também neste desenho verifica uma liberdade total.



Figura 3 - Propostas apresentadas para edificação do centro da cidade de Lisboa

A segunda medida seria muito idêntica à primeira, onde os fogos ficariam com o aspeto antigo, manteriam o número de pisos existente, mas a alteração do anterior seria alargar as ruas.

Na terceira hipótese, seguia os princípios das duas hipóteses anteriores, mas tentando resolver questões estruturais, pensando num possível abalo, as reconstruções dos edifícios existentes teriam um máximo de dois pisos acima das lojas e alargaria as ruas, de modo a que em caso de queda das paredes, com esta altura mais razoável, a população ficaria mais protegida. (França, Urbanismo e Arquitetura, 1980)

Como quarta opção Maia decide ser mais radical, onde propõem arrasar a zona central mais afetada e utilizar os escombros para conseguir corrigir o desnível da cidade, para atenuar o desnível entre a parte alta e a parte baixa e planificar as ruas, outra vantagem seria resolver o problema da zona junto ao rio que estava sujeita a inundações regularmente. A altura do edifício não podia ser maior que a largura da rua.

A última teoria de Manuel da Maia era construir uma cidade nova, mas mudando-a para o bairro de Belém, sendo este um local com mais resistência sísmica, do que a zona da baixa tendo em conta que já sofreu vários sismos. (França, Urbanismo e Arquitetura, 1980)

Estas cinco hipóteses foram apresentadas ao Rei e a marquês de Pombal, sendo que eles teriam a decisão final. Com isto, em 16 de fevereiro de 1756, é entregue aos mesmos a segunda parte da dissertação de Maia, onde apresenta novos prós e contras das suas cinco hipóteses abordadas anteriormente. Ao mesmo tempo que foram recolhendo informação e levantamento dos proprietários, para posteriormente ser reatribuído a cada proprietário.

A terceira parte da dissertação é datada de 19 de abril de 1756, que teve como principal objetivo acompanhar seis novas plantas da parte da baixa da cidade. Para esta nova parte do estudo, Maia conta com três novas equipas de Engenheiros Militares, lideradas pelos capitães Eugénio dos Santos e Elias Sebastião Poppe e o ajudante Pedro Gualter da Fonseca. Nestes planos também tinham com prioridade conseguir dar resposta à problemática da saúde pública, controlando os lixos, superfície sólidas e líquidas. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983)

Das seis plantas apresentadas, a eleita para ser construída foi a planta nº 5 elaborada por Eugénio dos Santos e Carvalho. A 12 de junho de 1758, marquês de Pombal dá como definitivo o plano da Baixa, ficando conhecida desde então por Lisboa Pombalina. Com isto foram elaborados vários desenhos técnicos para avançarem com a construção, desenhando os pormenores das ruas, praças, fachadas, desenhos dos quarteirões e das freguesias.

Assim, a proposta selecionada foi eleita pelos seus pontos diferenciadores, eliminando todos os vestígios da cidade antiga, projetando um centro da cidade totalmente novo, organizada através da elaboração de espaços com carácter público e privado, solucionando os problemas existentes relacionados com circulação, águas pluviais e luminosidade. (França, Urbanismo e Arquitetura, 1980)



Figura 4 - Esquema da nova organização do centro da cidade; esquema realizado pela autora

As linhas gerais do plano eram os seguintes:

O desenho das ruas é regular, definido por três eixos principais (linhas verdes), sendo elas a Rua do Comércio, a Rua Augusta e a Rua do Ouro, que ligam as duas praças principais, o Terreiro do Paço e Rossio (espaços delimitados a vermelho). O Quarteirão adapta-se aos espaços vazios criados pelo traçado, estando estes dividido, em zona norte e sul (representado com a cor amarela e azul, respetivamente), variando assim a direção destes quarteirões. (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989)

Os limites do traçado têm transições claras. A Oeste foram mantidos os conventos e as ruas antigas que fazem a transição para a colina do Carmo e de S. Francisco; a Este criou-se uma rua, a Rua da Madalena que é paralela às novas ruas, o que esta apresenta distinta das outras é que acompanha o desnível da colina do Castelo.

As fachadas dos edificadros foram projetadas de acordo com o critério hierárquico das ruas, existindo um modelo definido para cada uma, sendo que a leitura das mesmas seja lida em continuidade das fachadas da rua inserida e não no quarteirão. (França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1983)

Atualmente

Depois do terremoto, a cidade de Lisboa esteve sujeita a diversas intervenções de reconstrução e construções tendo como finalidade a sua evolução, deixando-a como a conhecemos nos dias de hoje, as intervenções com mais significativas e relevantes serão apresentados de seguida:

- 1758 – Início da execução do Plano de Reconstrução da cidade elaborado por Eugénio dos Santos;
- 1764 – Abertura do Passeio Público projetado por Reinaldo Manuel;
- 1800 a 1850 – Desenvolvimento das zonas de Campo de Ourique, Campolide e Santa Engrácia;
- 1879 – Demolição do Passeio Público e criação da Avenida da Liberdade;
- 1888 – Aprovação do Plano das Avenidas Novas, assim como a continuação do eixo da Avenida da Liberdade com as Avenidas Fontes Pereira de Melo e da República;
- 1901 a 1904 – Abertura de um segundo eixo de comunicação, a Avenida Almirante Reis;
- 1938 a 1948 – Elaboração do Plano Geral de Urbanização orientado por Étienne de Gröer; (França, A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina, 1989)
- 1998 – Exposição Mundial de 98, permite a reconstrução do limite oriental da cidade.

Ao longo dos anos, Lisboa teve uma crescente evolução, estando cada vez mais multifacetada devido ao acolhimento de variadas culturas. Urbanisticamente cresceu com uma visível ausência de planos organizacionais, tendo sido edificadas dispersas pela cidade diversas infraestruturas tecnológicas e de saúde, equipamentos educativos, formativos, sociais e património cultural.

Atualmente, a região de Lisboa, dividida em 24 freguesias, numa área de 100,05km², é a mais habitada do país, contando com 2 821 876 habitantes, segundo os censos de 2011. Assim, registou uma aumentou de 6%, desde os censos de 2001, que registava 2 661 850 habitantes residentes. Com isto a cidade contém diariamente muitas mais pessoas hospedadas, visto que cada vez se encontra mais invadida por turistas deambulando pela cidade. (Instituto Nacional de Estatística, Portugal, 2012)

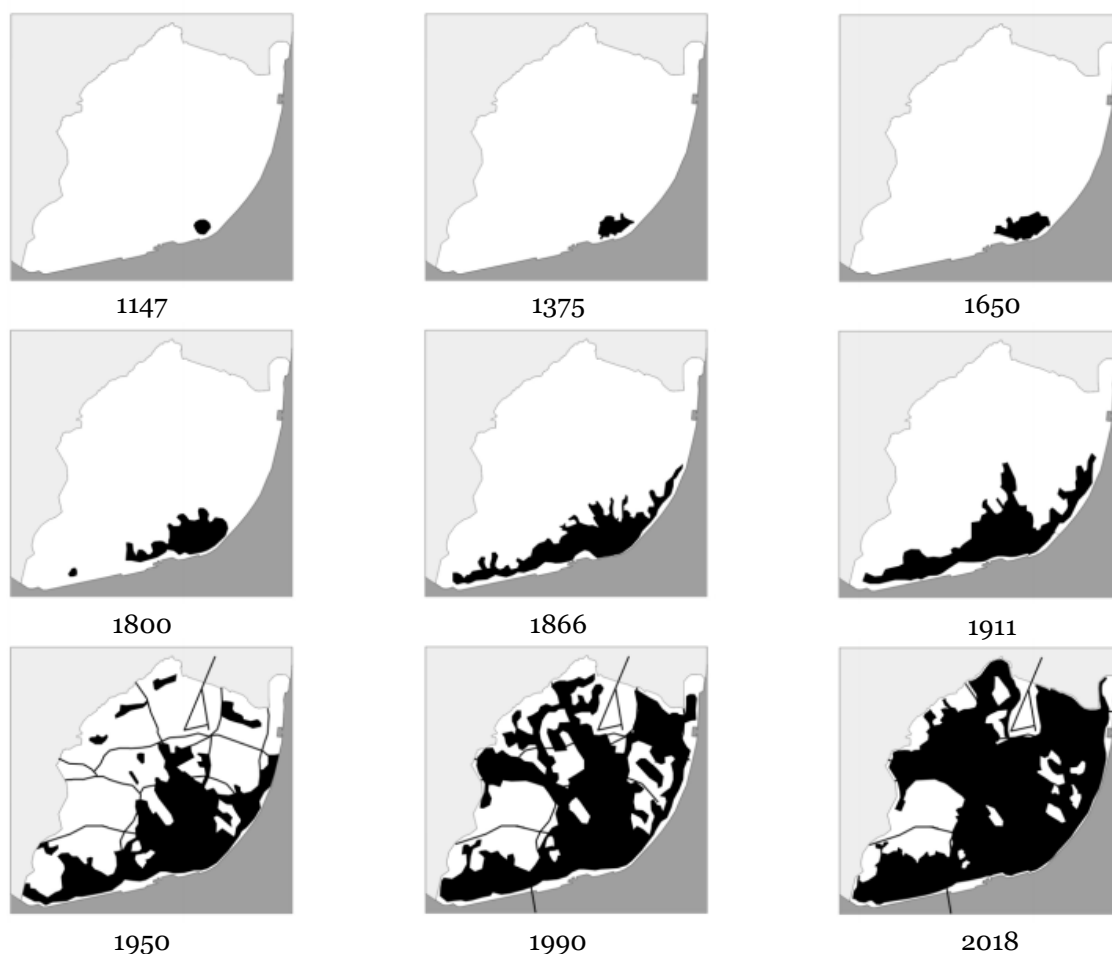


Figura 5 – Esquema de evolução da cidade de Lisboa

Lisboa é um dos pontos turísticos mais procurados da Europa, conquistando prémios nesta mesma área, segundo a *World Travel Awards*, sendo este destinado a prémios de turismo a nível mundial, onde Portugal está pelo quarto ano consecutivo como um dos melhores destinos Europeu, no qual Lisboa também recebeu galardões, a melhor distinção que recebeu foi na edição de 2018, alcançando o galardão de Europe's Leading City Destination 2018. (World Travel Awards, 2020)

Sendo esta uma cidade pequena, é vista como segura e acolhedora, com boa gastronomia, clima ameno e que facilmente se percorre a pé. Nela podemos encontrar vários pontos atrativos como os inúmeros miradouros com vistas desafogadas sobre a cidade e o rio; os diversos museus; a zona da Baixa Pombalina; a zona de Belém, onde se pode ver a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos, sendo ambos Património Mundial; a zona Ribeirinha, mais conhecida pela sua vida noturna; o Parque das Nações, reconstruído para a Exposição Universal de 1998. Como nem só de edificadas vive a cidade também é conhecida e reconhecida pelo Fado, sendo este classificado com Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. (Visit Portugal, 2020)



Figura 7 - Torre de Belém; fotografia da autora

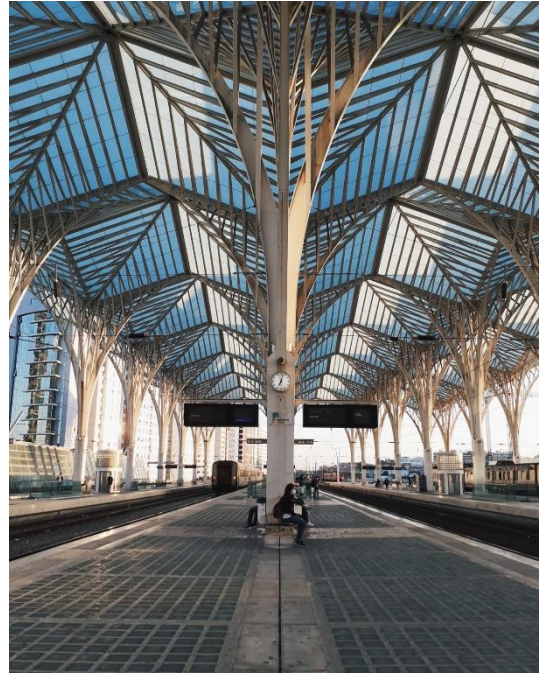


Figura 8 - Estação do Oriente; fotografia da autora

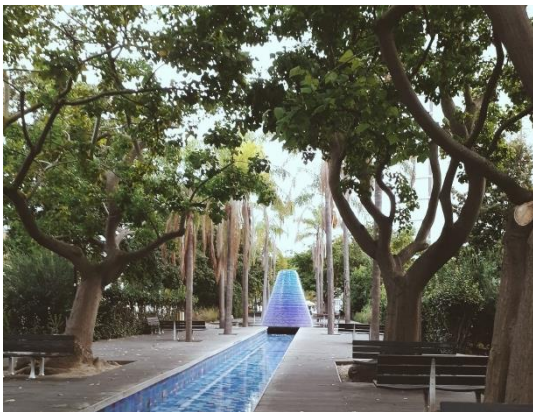


Figura 9 - Parque das Nações; fotografia da autora



Figura 6 - Miradouro da Graça; fotografia da autora



Figura 10 - MAAT; fotografia da autora

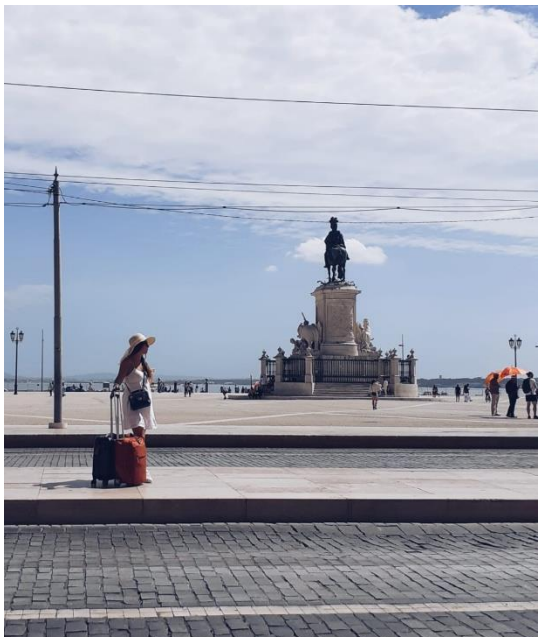


Figura 11 - Terreiro do Paço; fotografia da autora

A rede de transportes coletivos é bastante diversificada e otimizada, sendo os sistemas de metro, autocarros e comboios bastante abrangentes. No entanto, as formas mais interessantes de se deslocar e explorar a cidade são de elétrico ou tuk-tuk. Nesta cidade também é frequente a realização de passeios de barco no rio Tejo, sendo usado também diariamente por habitantes da outra margem do rio na sua deslocação pendular para Lisboa e vice-versa.

Com a elevada procura de turistas originou-se um enorme desequilíbrio entre o número de habitantes residentes e o número de visitantes. Com vista a alojar estes visitantes houve a necessidade de aumentar os alojamentos existentes, sendo o alojamento local uma das tipologias que mais se desenvolveu. Consequentemente teve origem uma onda de reabilitações de edifícios, onde foram transformadas habitações permanentes em habitação temporária, nomeadamente nos bairros mais históricos, levantando as mais variadas questões relacionadas com o despovoamento da cidade, com a perda da essência, das características e da vivência desses mesmos bairros. (Pincha J. P., 2018)

Existe uma oferta crescente de alojamento local com tanta capacidade de alojamento na cidade equivalente às da hotelaria tradicional, embora o número ainda seja menor, apesar de este tipo de alojamento ser bastante atrativo para turistas. Assim, deviriam existir mais legislações relacionadas com este tema.

Por outro lado, quem procura ser habitante residente com origem nacional vê vários motivos que surgem como contratempo, nomeadamente os preços dos imóveis que se encontram muito elevados. Esses preços surgem devido à inflação dos preços das habitações praticados nas cidades europeias; a inflação dos preços destas habitações não estagnou como o crescimento do salário nacional; a população das cidades cresce a um ritmo acelerado; o número de construções novas é reduzido ao contrário da procura; a oferta turística cresceu em imóveis que poderiam ser usados para habitação permanente. (Lopes, 2018)

Contudo esta cidade é uma das mais caras do país para se viver, com rendas a um valor incompatível com o orçamento da maioria das famílias portuguesas, levando a que o grande movimento imobiliário seja feito maioritariamente por estrangeiros, com poder económico que consegue facilmente acompanhar este mercado. Em alternativa as famílias que se encontrem com expectativas de se instalar nesta cidade estão a comprar habitações na periferia da mesma, instalando-se relativamente perto, mas adquirindo uma habitação dentro das suas possibilidades, evitando que ande parte da sua vida a pagar a totalidade do imóvel ao banco. (Almeida, 2019)

Tirando essas questões existentes em relação a habitações, é possível observar uma cidade com uma grande procura turística, de edifícios novos, outros reabilitados, de fachadas limpas e higienizadas. Um bom exemplo disto é a zona do Cais do Sodré, que sofreu alterações com essa procura, vendo edifícios serem alvo de intervenções, acabando por serem transformados em hotéis e apartamentos de luxo. (Pincha J. P., 2020)

A própria rua da Sede da Ordem dos Arquitetos foi bastante intervencionada, tendo havido edifícios que para além de sofrerem alterações estruturais, trocaram também de função. Um dos edifícios mais marcantes dessa zona, o Mercado da Ribeira, situado na fachada da frente do Edifício “Anexo”, acabou por ser transformado num *food court* de uma conceituada revista de *lifestyle*, a *Time Out*, sendo este dos pontos de mais atrativos desta mesma zona. (Figura 12)



Figura 12 - Interior do Time Out; fotografia da autora



Figura 13 - Alçado frontal do "Anexo", com o edifício dos antigos correios ao fundo; fotografia da autora

Outro edifício lateral aos banhos (edifício principal da sede dos arquitetos) também foi intervencionado: o antigo edifício dos Correios deu origem a um empreendimento de luxo, em apartamentos. O projeto de recuperação e adaptação do edificado ficou a cargo do Arquiteto Manuel Aires Mateus, que propôs recuperar todos os elementos, fazendo uma intervenção de conservação da imagem urbana e arquitetónica do existente. Assim foram conservadas e recuperadas as fachadas existentes, o sistema de lajes, vigas e pilares estruturais. As construções novas seguiram técnicas contemporâneas. (Figura 13)

Em suma, é correto afirmar que Lisboa está a ser vítima de despovoamento numa altura em que oferece excelentes condições à sua população. Embora existam inúmeros polos culturais e de lazer, este fenómeno de despovoamento ganha força uma vez que existe uma enorme vaga de transformação de edifícios de habitação permanente em lojas de comércio, escritórios, alojamento locais ou apartamentos de luxo. Esta transformação resulta na inflação do mercado imobiliário, afastando assim da cidade aqueles que eram os seus habitantes locais, pela incompatibilidade da realidade salarial portuguesa com os custos de habitabilidade do centro histórico de Lisboa.

2. Projeto dos Banhos de São Paulo

Ao longo da sua existência, o atual Edifício da Sede da Ordem dos Arquitetos – Secção Regional Sul, já sofreu várias alterações, quer a nível estrutural como também programático e funcional. Este edifício foi erigido para desempenhar a função de balneário medicinal público, tendo sido o projeto da autoria do arquiteto e engenheiro francês Pierre-Joseph Pézart¹, datado de 1868 e mandado elaborar pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (Henriques, 2014)

Com efeito, no seguimento da descoberta de água cloretada e sulfurosa nas proximidades do mesmo, aproveitou-se, assim, para se proceder à criação de uma fonte com essas águas, dotadas de propriedades curativas, para poderem ser utilizadas pelas classes mais desfavorecidas da cidade. Assim, frequentavam este espaço cerca de duas mil pessoas por mês. Os tratamentos neste balneário eram administrados por via externa (banhos, duches ou vapores) ou interna (ingestão ou injeção). Posteriormente, viriam também a ser realizadas massagens (manuais ou subaquáticas).

A água utilizada neste edifício não era proveniente do mesmo, sendo obtida do poço do Arsenal, por máquina a vapor e conduzida até ao local em manilhas de barro vidrado. (Henriques, 2014) Essa água, que mais tarde acaba por se revelar inquinada, leva ao encerramento deste espaço de banhos no ano de 1976.

Entre o ano do encerramento do espaço e 1982, ano em que o edifício recebe a classificação de Imóvel de Interesse Público, o mesmo foi colocado à venda. No entanto, como resultado de ação do historiador José-Augusto França, foi noticiada a sua importância, valor histórico e arquitetónico, acabando assim por se evitar a venda do edifício e eventual demolição. (Associação dos Arquitetos Portugueses , 1997-1998)

Em julho de 1990 o edifício acabaria por ser cedido à Associação dos Arquitetos Portugueses, antecessora da Ordem dos Arquitetos. Em outubro do mesmo ano a própria Associação lançaria um concurso público para realizar a requalificação do edifício com o intuito de o transformar no edifício da Sede da Ordem dos Arquitetos, como o conhecemos nos dias de hoje. (Ordem dos Arquitetos)

Como resposta a este concurso foram entregues vinte propostas, entre as quais saíram premiadas sete, nomeadamente três primeiros lugares e quatro menções honrosas. A proposta de projeto vencedora viria a ser a da dupla de arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, ficando as obras concluídas em 1994. (Associação dos Arquitetos Portugueses , 1997-1998)

¹ Engenheiro e Arquiteto francês, (1801 – 18729), que trabalhava em Lisboa, para a Câmara Municipal. (Associação dos Arquitetos Portugueses , 1997-1998)



Figura 14 - Banhos de São Paulo, 1961



Figura 15 - Claraboia do poço de luz existente na construção original



Figura 16 - Galeria de circulação existente na construção original

3. Reabilitação para a Sede da Ordem

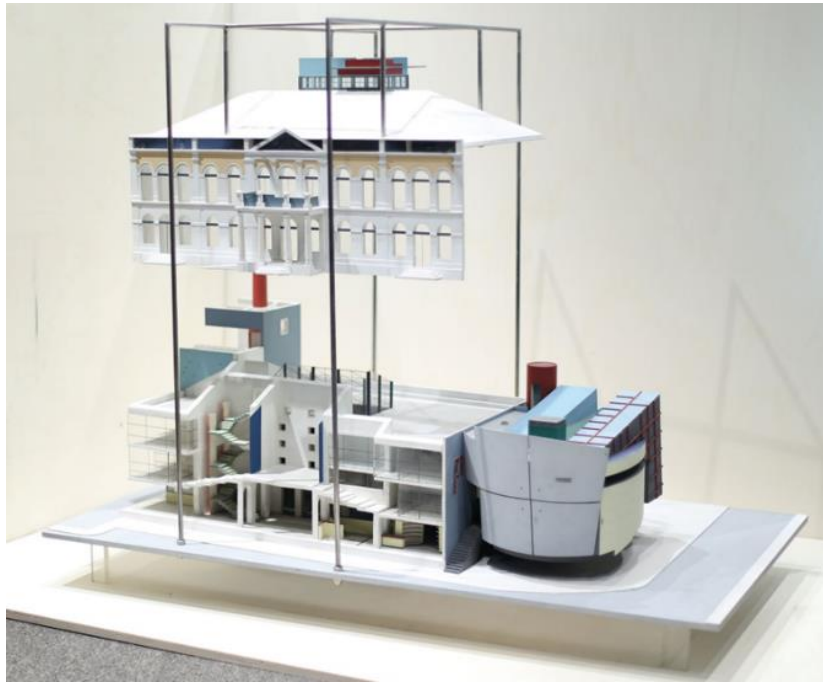


Figura 17 - Maqueta da proposta da Sede OA

O Projeto de requalificação pretendeu, desde o seu início, seguir as diretrizes do edifício existente, mesmo que a sua função fosse totalmente distinta da anterior. Assim, existiam vários aspetos que a dupla vencedora quis preservar, como memória afetiva e a espacialidade do local. Por outro lado, foi também pretendido reinterpretar o espaço, assumindo assim a demolição total do seu interior.

A estratégia da proposta de projeto da dupla de arquitetos passou pelo interesse de conservar as características, a memória e a essência da pré-existência, que se centrou em recriar o pátio central e a luz proveniente do mesmo, acabando por demolir na totalidade o interior do edifício. (RTP, 1995) (Figura 18 e 19)

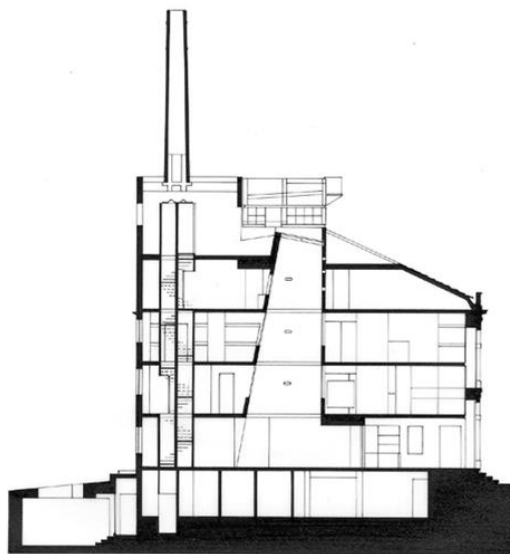


Figura 18 - Corte do projeto da Sede OA



Figura 19 - Recriação do poço de luz existente e das galerias de circulação; fotografia da autora

Assim, foram mantidos os alçados e a fachada principal de estilo neoclássico, com as quatro colunas e uma varanda sobre a entrada principal onde ainda se pode ler na mesma a designação de “Banhos de São Paulo”. As intervenções realizadas foram maioritariamente a nível estético, onde aparece de “cara lavada”. Houve uma limpeza e valorização da pedra já existente até à altura das segundas janelas da fachada, pintada com uma cor azul clara no restante, introdução de espelho no entablamento e no frontão e as caixilharias novas, em aço termolacado em cinza chumbo, com vidro duplo transparente onde foi gravado a ácido em fumado carimbo o emblema AAP. (Dias & Vieira, 1991) (Figura 22)

Na fachada tardoz o desenho foi mantido, renovando as pedras de cantaria, a pintura e as caixilharias, que tais como na fachada anteriormente referida, foram utilizadas caixilharias mais lineares e mais finas, tornando o edifício mais transparente e com um desenho muito limpo. A maior parte desta fachada está escondida por trás do “edifício Anexo”.

Surge como um terceiro alçado (provisório) a empena lateral do mesmo e nela revela-se uma parede abstrata, com um painel de azulejos com função decorativa, que segundo os autores do projeto, “há quem nela leia a planta de uma “cidade ideal””. A proposta tinha um outro corpo que iria surgir lateralmente a este de maneira a dar continuidade programática ao edifício, mas até aos dias de hoje esse corpo nunca foi construído. Assim, junto deste alçado encontramos as escadas, metálicas, de emergência do edificado, que como guarda de proteção têm a mesma linguagem que o painel de azulejos da parede. (Contemporânea, s.d.)

Os alçados foram uma grande condicionante para o projeto, sendo que o alçado principal continha dois pisos e o tardoz continha três. A solução encontrada pelos arquitetos foi através da introdução de uma escadaria paralela à fachada da frente e a criação de espaços com pé-direito elevado junto à mesma, colmatando essas diferenças de cotas. Ao longo do edifício este está dividido em dois, sendo que o mesmo edificado, inicialmente, continha duas sedes distintas: a da Associação dos Arquitetos Portugueses e a Sede dos Arquitetos de Lisboa, existindo assim um espaço destinado a esta pequena organização.



Figura 20 – Vista sobre o alçado principal do Edifício da Sede e o lateral; fotografia da autora

A organização programática ao longo do edifício define-se com as zonas de trabalho nos dois pisos superiores, contendo os gabinetes de trabalhos e instalações sanitárias; no piso térreo, zona de receção, circulações verticais, biblioteca, bar, livraria (que funciona de forma autónoma), no piso -1, o auditório. (Associação dos Arquitetos Portugueses , 1997-1998)

No interior do edificado, um dos pontos marcantes foi o de apelar às memórias do antigo espaço. Assim, os Arquitetos recriaram o pátio coberto de vidro, onde a luz natural penetra até ao fundo do mesmo. Em torno deste pátio em cada piso existem galerias de circulação e de distribuição programática que pretendem transmitir a ideia do “deambular claustrofóbico” e labiríntico já existente anteriormente. Além deste pátio, foi criado um poço de luz na biblioteca, para enfatizar mais essa ideia da luz penetrante ao longo do edificado. Neste jogo de memórias, foram também mantidas as direções de paredes secundárias.

Os espaços criados pretendiam ser abertos, estado assim recetivos a todas as possíveis mudanças. A circulação vertical é realizada através de uma escada de planta quadrada, onde as paredes envolventes das mesmas não lhe tocam, com algumas aberturas para a mesmas e têm um desenho dentado sendo a sua materialidade em betão e uma das paredes frontal contém um espelho que lhe confere um carácter mais confuso e dinâmico. (RTP, 1995)



Figura 21 - Escadas de acesso principal da Sede; fotografia da autora



Figura 22 - Escadas de acesso ao auditório e galerias de circulação; fotografia da autora

O telhado é coberto de telhas cerâmicas marselha, destacando-se as duas claraboias em vidro, com uma estrutura avarandada em zinco, mantendo a cota da cércea do existente. No entanto, para albergar todo o programa houve a necessidade de mais um piso, que foi escavado no lote para realização de uma cave, onde se localiza o pequeno auditório que não tem paredes a encerrar o espaço. Esta sala é abobadada resolvendo assim as questões relacionadas com a acústica. As

vigas que a sustentam são também abobadadas e salientes no espaço e ajudam a suportar a fachada tardoz que se manteve. (Dias & Vieira, 1991)

As materialidades predominantes no interior do projeto são: cimento polido utilizado na maioria dos pavimento, com cor cinza escuro; reboco pintado de branco nas paredes, destacando as outras materialidades que são utilizadas cores mais escuras com cinza; perfil metálico em I em aço (ferro), utilizado nas janelas, nas guardas do pátio e como viga e pilares salientes; em algumas passagens e as instalações sanitárias, as paredes utilizam “cacos” de azulejos de várias cores, sendo elas amarelo, branco, vermelho e preto; estas mesmas cores voltam a estar presentes no bar, sendo que na parede do fundo do balcão são utilizados vários “cacos” azulejos. As restantes paredes do bar são pintadas de cinza escura. (Dias & Vieira, 1991)



Figura 23 - Zona de passagem com os cacos de azulejos; fotografia da autora

O espaço do Bar, localizado junto à fachada tardoz, tem umas dimensões reduzidas, com uma planta muito retangular, sendo a zona de atendimento e preparação de alimentos bastante reduzida. Este espaço não tem barreiras físicas, como por exemplo, a ausência de portas e vidro no rasgo existente que é traduzido numa das desvantagens para do auditório, no qual o som naturalmente produzido neste espaço é reproduzido por todo o edificado. Como vantagem tinha a sua localização na planta, visto que mantinha uma ligação direta para o exterior, a esplanada.

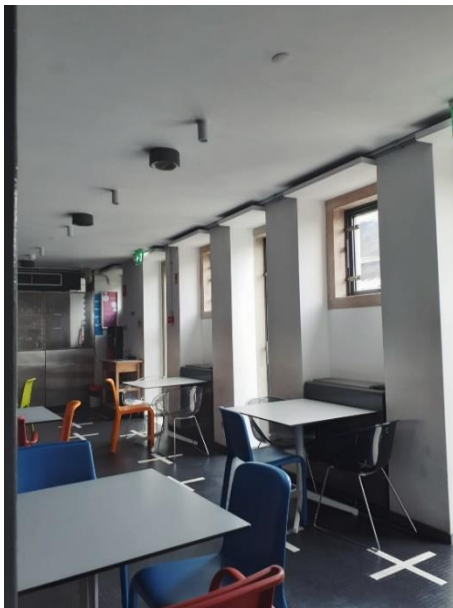


Figura 24 - Interior do bar existente; fotografia da autora



Figura 25 - Interior do bar existente; fotografia da autora

Acerca das memórias introduzidas neste projeto falta apenas referir a mais evidente de todas, a memória afetiva e plástica trazida pela chaminé que é existente neste edificado, que devido às mudanças de função deixou de estar em funcionamento. Anteriormente esta era parte integrante do sistema de aquecimento de águas, juntamente com a caldeira, que se localizava imediatamente abaixo do “pé” da chaminé, sendo esta a caixa que provoca a sensação de desequilíbrio de forças existente no alçado. Ambas, devido ao mau estado de conservação do edifício acabaram por ruir durante as obras, como solução, a chaminé que se encontra no local é falsa, sendo uma estrutura coberta com uma tela onde estão estampados os tijolos, como vulgarmente chamados, de burro, tendo a função de claraboia para as escadas secundárias em caracol que perfuram todo o edifício. (Associação dos Arquitetos Portugueses , 1997-1998)

No ano da inauguração deste projeto esta foi noticiada um pouco por todo o país, demonstrando um total agrado com a cedência da Câmara de Lisboa à Associação dos Arquitetos Portugueses, mas num dos recortes disponibilizados pela Ordem dos Arquitetos, no jornal *Semanário*, na secção de *Artes entrevistas*, do dia 19 em novembro de 1994, levanta uma questão muito pertinente, podendo ler-se: “E agora, quem deita abaixo os barracões do lado?”. (Figura 26)

Podemos concluir que já na altura da requalificação dos Banhos de São Paulo existiram perguntas provocantes na imprensa nacional no sentido da necessidade de se alterar o estado do “Anexo”, que na altura não se encontrava num estado de degradação tão avançado como apresenta nos dias de hoje, mas já se encontrava inativo e em mau estado, prevendo o estado de conservação que se encontra atualmente. Assim, essa pergunta provocante poderia ter ficado respondida no concurso do ano de 1994: visto que o edifício iria sofrer uma intervenção, poderia ter sido ampliada para o do lado. Passados quase trinta anos da intervenção anterior ainda não existem alterações, sem ser para o estado de conservação estar num estado muito avançado, mas contrariamente ao que aconteceu no outro concurso, onde não fez parte integrante dos elementos a intervir, agora teve um concurso elaborado somente para este espaço.



Figura 26 - Destaques dos jornais nacionais da época

4. Edifício Anexo

O edifício Anexo, como designado no programa preliminar do concurso, a intervir, encontra-se em mau estado de conservação e com deformações acentuadas. Este situa-se no tardoz do edifício dos Banhos de São Paulo em duas frentes de rua, com a fachada principal voltada para a Rua da Ribeira Nova, n.ºs 52 a 64, em Lisboa, com 300m² e um grande valor cultural e patrimonial.



Figura 27 – Extrato da planta de Lisboa, de Filipe Folque, 1856; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020

Pouco se sabe sobre o passado histórico deste edifício, unicamente se presume que a data da sua edificação remonte ao final do século XIX, existindo um registo no Arquivo Municipal de Lisboa, com o n.º 4053, que aprova o projeto original do mesmo datado de dezembro de 1897. Todavia, segundo a Carta Topográfica de Lisboa, de Filipe Folque elaborada no ano de 1856, ainda não havia qualquer tipo de referência a este, visto que este espaço era pertencente ao Forte de São Paulo, que foi demolido em 1864. Portanto, na cartografia de Silva Pinto, que remonta ao ano de 1911, este edifício já se encontrava referenciado.



Figura 28 - Extrato da planta de Lisboa, de Pinto da Silva, referente ao ano 1911; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020

Com isto, não é documentado a que função se destinava, onde ao longo dos anos também não lhe foi conferida uma oficialmente. Este edificado não se encontra atualmente a corresponder com o projeto inicial construído, que seguia o ideário pombalino, pois este sofreu posteriormente ampliações de génese industrial.

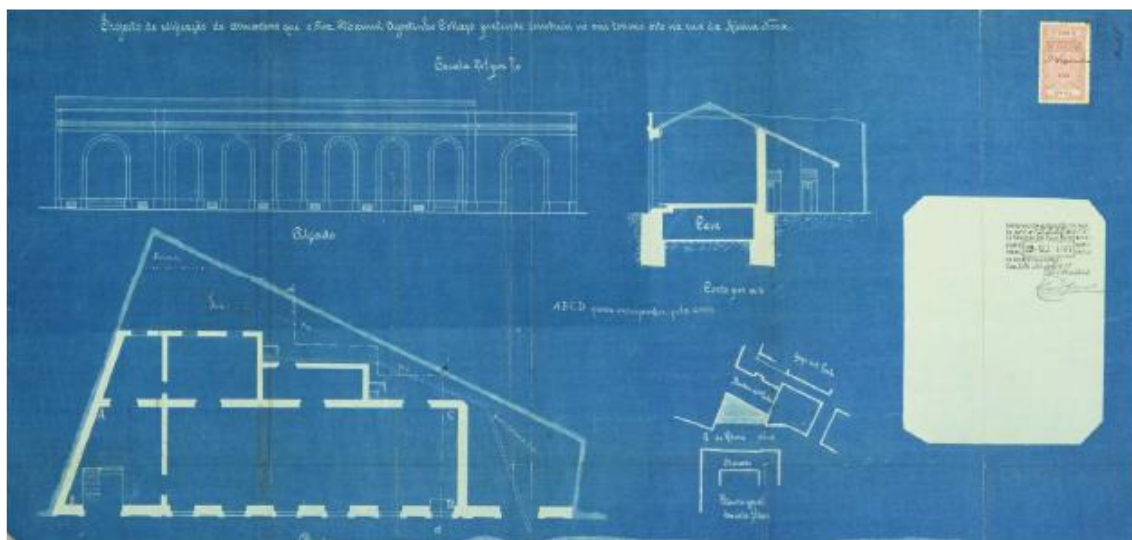


Figura 29 – Projeto inicial do Edifício Anexo, dezembro de 1897; retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020

Portanto o conjunto a intervir é composto por um piso, uma cave e um logradouro, a sua planta térrea trapezoidal, dividida em duas partes, composta por quatro espaços grandes paralelos com a fachada dos arcos e posteriormente a estes, espaços com dimensões reduzidas e com um desenho desorganizado, fazendo um alinhamento paralelo com a fachada posterior do edifício da Sede dos Arquitetos. Estes dois edificadros, o Anexo e o da Sede, são totalmente independentes estando apenas interligados pelo logradouro existente no meio da implantação de ambos os corpos.



Figura 30 - Planta do piso térreo do edifício "Anexo";

Legenda: 1 – Edifício Sede da Ordem dos Arquitetos; 2 – Logradouro existente; 3 – Construções de génese ilegal; Edifício Anexo

retirada do enunciado do concurso a 15 de setembro de 2020

A fachada principal é pautada por oito arcos, setes deles são portas do edificado e o outro é uma saída de emergência do piso do auditório e uma entrada para o logradouro. Sendo este o único elemento que possa ser alvo de uma possível recuperação, encontra-se segura com uma estrutura de contenção provisória devido ao seu nível de fragilidade. Pelo exterior, está bastante degradada, com graffitis e cartazes colados quer nas paredes como nas portas do mesmo. A empena lateral segue o mesmo estado de degradação que a parede referida anteriormente.



Figura 31 - Fachada Principal; fotografia da autora



Figura 32 - Pormenor da fachada, visivelmente danificada; fotografia da autora

A estrutura de contenção provisora da fachada, sendo esta uma estrutura maioritariamente em aço, é utilizado também betão e escoras em madeira, estas estão diretamente colocadas sobre a fachada garantindo o travamento da própria como uma futura intervenção. Esta estrutura é segura na parede da fachada e nos interiores, no perímetro.

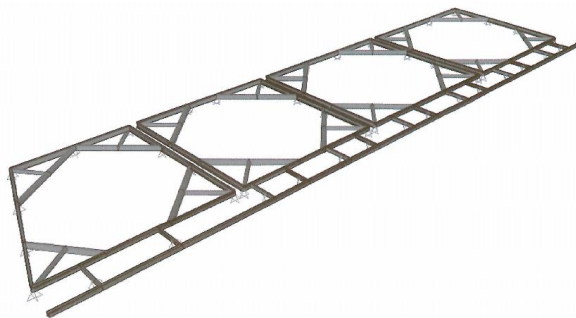


Figura 33 - Modelo estrutural horizontal de travamento; retirada do enunciado do concurso a 6 de novembro de 2020

No interior do edifício, as paredes de alvenaria de pedra encontram-se muito fragilizadas devido às más condições da cobertura, como anteriormente referido. Assim uma parte do edifício fica totalmente exposta às condicionantes naturais. Os tetos desses mesmo espaço, com estrutura de madeira, também acabaram por ceder a todo esse mau estado. Atualmente o edificado encontra-se escorado como medida de prevenção do que falta ruir. As lajes térreas existentes são compostas por uma estrutura de madeira com betonilha.



Figura 34 – Imagens do Interior do "Anexo"; fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso

A cobertura de duas águas emprega materiais simples como chapas metálicas e telhas cerâmicas marseilha, ambas assentes numa estrutura de madeira. A cobertura é um dos aspetos que se encontra em pior estado de conservação, principalmente na zona central. Mesmo sofrendo intervenções visíveis como a impermeabilização externa das telhas cerâmicas com capoto e a remoção de uma parte, devido ao elevado risco de queda e para segurança da via pública.



Figura 35 - Vista de parte da cobertura; fotografia da autora



Figura 36 - Vista da cobertura do edifício; fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso

O logradouro é o único espaço habitado deste conjunto, com um desenho estreito e afunilado, acabando por ser utilizado como espaço de esplanada de apoio ao serviço de bar existente e zona de passagem. O pavimento que está aplicado é um de ripado de madeira que se encontra em bom estado de conservação; as paredes do edifício anexo contingente a este espaço apesar de se notar que recentemente foi pintada de cinza escuro, as imperfeições estão bastantes salientes, tal como a sua materialidade, como se a tinta estivesse aplicada diretamente por cima dos tijolos cerâmicos. Por sua vez, na frente destas paredes foram colocadas uma espécie de cortina verde natural, na

tentativa de ocultar essas mesmas imperfeições referidas. De modo conseguir obter sombra no logradouro existem foram colocados painéis de tecido branco de forma triangular.



Figura 37 - Relação do logradouro com a edificação adjacente; fotografia da autora



Figura 38 - Relação do logradouro com o edificado da frente; fotografia da autora



Figura 39 - Parede do logradouro; fotografia da autora



Figura 40 - Vista da entrada, do sombreamento, saída de emergência do auditório da OA fotografia facultada pela Ordem dos Arquitectos no concurso

5. Contextualização

Através da leitura de um texto de Françoise Choay, “A Alegoria do Património” são apresentados vários conceitos e diferentes características sobre o património onde a autora aborda uma perspetiva social do património histórico, distinguindo-as em quatro fases. Entre essas fases a que demonstra maior alteração foi “desde os anos sessenta”, visto que o que acontecia até outrora consistia em continuarem a participar na afirmação da personalidade cultural ocidental. (Choay, 2010)

A partir dos anos sessenta surge uma mudança global, quer no Homem, quer no património, onde o facto marcante foi a introdução das novas tecnologias. Com isto é evidente a evolução crescente na Arquitetura, através das lógicas criadas, como as lógicas de redes, lógicas das ramificações, que conseguiram implementar aspetos positivos no desenvolvimento urbano, porém com isto também surgem aspetos negativos como a desvalorização do papel do Arquiteto e a arquitetura tradicional ser deixada para trás. (Choay, 2010)

Ao longo do texto, a autora apresenta vários conceitos relacionados com o valor da antiguidade e o culto do património, que não é justificável senão num tempo. A competência de edificar tem como principal função estabelecer a ligação dos humanos com o mundo natural, que tenha em conta a cultura e o passado antropológico do local. Partilhando da opinião da autora do texto acima referido, devendo ter em conta o passado histórico e as características presentes local onde estamos a intervir, seja para criar um elemento de raiz ou uma recuperação.

Esta autora defende a ideia de que a conservação dos edifícios tem como objetivo fazer aprender e reaprender as dimensões do espaço humano e as suas escalas, tendo capacidade de análise de lhe dar continuação ou de substituição. Com isto remetemos a repensar como conservar um edifício, através de conceitos, como por exemplo, o restauro, não perdendo as ligações com o seu passado, dando-lhe uma nova vida e um novo uso, podendo ser ou não uma nova função. (Choay, 2010)

Assim, neste capítulo, pretende-se compreender alguns princípios para tomar melhores decisões na elaboração desta proposta de intervenção. Consideraram-se necessárias várias análises, como as definições das classificações, das cartas, convenções e recomendações internacionais, para além destas, foram consultados o Plano Diretor Municipal de Lisboa e o Regulamento Geral de Edificações Urbanas, para compreender as normas técnicas gerais e específicas da construção e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Classificações do edificado

As classificações e as proteções assumem um papel de relevância, na possibilidade de evitar que edifícios sejam vítimas de demolições, alterações inadequadas ou negligências. No entanto, isto

não proíbe que se realizem novas construções, apenas restringe as ações anteriormente referidas. O objetivo destas imposições é garantir que o novo projeto de intervenção institua as regras de construção e conservação, desenvolvendo um diálogo constante com o existente, baseado nas memórias, tanto na história como nas vivências do próprio. Caso um edifício classificado sofra uma intervenção que não respeite os objetivos pode perder a classificação anteriormente atribuída.

O edifício em estudo tem uma dupla classificação, inicialmente a de Imóvel de interesse público e posteriormente outra designada por Lisboa Pombalina. A primeira foi conferida no ano de 1892, quando o edificado foi colocado à venda, surgindo esta como solução para evitar a venda e a demolição do mesmo. A segunda classificação surge no ano de 2012, atribuída de acordo com os critérios de localização e características, uma vez que o edificado segue os princípios do urbanismo e arquitetura pombalina. (Cultural, s.d.)

— **Imóvel de interesse público**

Conforme descrito no Decreto n.º 107/2001, publicado no Diário da República, I Série - A, n.º 209, de 8 de setembro:

Por Imóvel de interesse público, seja um monumento, um conjunto ou um sítio, pode entender-se que um imóvel cuja sua valorização e proteção representa um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. O nome deste edificado pode ler-se no Diário do Governo, no Decreto n.º 28/82, I Série, n.º 47, de 26 de fevereiro, como um dos imóveis classificados como Imóvel de interesse público. (República, Diário da, 2001)

— **Lisboa pombalina**

A classificação de Lisboa Pombalina surge da designação da Baixa Pombalina, que se encontra classificada como imóvel de interesse público (IIP), conforme o Decreto n.º 95/78, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 12 de setembro.

A Lisboa Pombalina assume-se como o símbolo “excepcional” da resposta ao Terramoto de 1755, que destruiu parte do centro da capital. Este plano de recuperação urbana avançado pelo Marquês de Pombal foi apoiado na qualificada formação teórica e empírica da engenharia militar portuguesa, originando um exemplo dos princípios políticos e filosóficos do Iluminismo, equivalente a outros exemplos europeus existentes nesta época.

O limite desta classificação, até então, correspondendo à área I, contém a zona denominada por Plano Pombalino de reconstrução da cidade de Lisboa, de malha ortogonal, as praças a norte, a Praça do Comércio e a Praça do Rossio, toda a frente-rio entre o Campo das Cebolas e a Ribeira

das Naus, abrange também algumas zonas do Chiado, Carmo e a encosta da Sé de Lisboa. (RP — Revista Património n.º2, 2014)

Constituindo um conjunto patrimonial de grande coerência urbanística, que aproveita a morfologia do terreno e as potencialidades cenográficas da fachada fluvial.



Figura 41 - Planta com indicação da área designada de Lisboa Pombalina; realizado pela autora

Legenda: Vermelho – Área I;

Cinza escuro – Área II

Traço preto – Limite da zona de proteção, correspondente a 50 metros

Compreende-se que a ampliação da zona classificada se justifique pela conformidade deste conjunto, apresentando um valor de interesse nacional, assumindo um relevante itinerário do urbanismo português. Assim, passa a ser considerado parte integrante deste plano mais área da zona do Chiado, juntamente com mais zonas do centro da cidade, deslocando o limite para a zona ribeirinha. Tal como aconteceu a estas zonas, a zona de São Paulo, a localização do edificado da proposta a intervir, embora não estivessem abrangidas pela proposta inicial do Plano Pombalino foram reordenados e seguem todos os princípios do urbanismo e da arquitetura pombalina. Correspondendo então a ampliação à área II, alterando a designação inicial de Imóvel de Interesse Público para Conjunto de Interesse Público. (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.)

Podendo-se encontrar esta alteração na Portaria n.º 740-DV/2012, de 24 de dezembro. (Diário da República, 2012)

Cartas, convenções e recomendações

Para compreender os diferentes conceitos relativos à reabilitação, analisar-se-ão as cartas, convenções e recomendações internacionais que têm como principal objetivo a proteção do património.

Estes documentos são aplicados como princípios base para a conservação e restauro de monumentos e locais, estando relacionados com a Reabilitação e o Urbanismo. É essencial para a realização deste tipo de intervenção compreender estes conceitos, para que seja possível uma tomada de decisões previamente fundamentada e refletida sobre este tema.

— Carta de Atenas – Restauro dos Monumentos

A carta de Atenas, como o próprio nome indica, foi elaborada na cidade de Atenas, na Grécia, entre os dias 21 e 30 de outubro de 1931, tornando-se este o primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Neste, foram levantadas questões sobre a conservação e restauro dos elementos culturais e patrimónios, com questões relacionadas com os princípios gerais; a administração e legislação dos monumentos históricos; a valorização dos monumentos; os materiais de restauro; as degradações dos monumentos; as técnicas de conservação; a conservação dos monumentos e a colaboração internacional. Com estas variadas respostas, a carta tenta colmatar questões relacionadas com sua degradação ao longo dos tempos derivada de diferentes fatores, a sua envolvente e uma nova futura utilização. (ICOMOS, 1931)

— Carta de Veneza – Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios

Esta carta foi realizada em Veneza, na Itália, de 25 a 31 de maio de 1934, tornando-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, deste congresso

surgiu uma carta que ainda se encontra em vigor nos dias de hoje, devido à sua clareza e rigor. Com alterações relativamente à carta anterior e ao conceito de património. Teve como principal objetivo “a conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico”. (ICOMOS, 1934)

— **Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na vida Contemporânea**

As Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reuniu em Nairobi, no Quênia, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, na sua décima nona conferência geral.

Surgiriam várias considerações e clarificações sobre o conceito de “conjunto histórico ou tradicional” e de “salvaguarda”. Assim pode designar-se “conjunto histórico ou tradicional” por todo um aglomerado de construções e de espaços, com uso humano, em todos os locais de implantação, quer sejam eles rurais ou urbanos, com valor patrimonial, arquitetónico, histórico, estético ou sociocultural, que certifiquem características únicas para demarcar em edificado como conjunto histórico ou patrimonial. Por “salvaguarda” compreende-se como “a identificação, a proteção, a conservação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e do seu entorno”. Estes novos conceitos, para além das definições acima descritas, cada conjunto e a sua envolvente estão interligados, são coerentes e equilibrados, onde a interligação dos elementos compreendem todas as vivências e memórias, quer do local como da população. (ICOMOS, 1976)

— **Carta para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural**

A Carta de Burra, como frequentemente conhecida, foi elaborada na cidade de Burra, na Austrália, em 19 de abril de 1979. Esta carta, menciona e determina os significados e objetivos de conservação, manutenção, preservação, restauro, reconstrução e adaptação. Ao contrário da anterior, é mais concreta e precisa sobre o tema e com estudos mais aprofundados. (ICOMOS, 1979)

— **Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa**

Esta carta foi elaborada em Granada, a 3 de outubro de 1985, determinando o significado e objetivo do conceito de «património arquitetónico» considerada integrante dos bens imóveis. Determina que os monumentos são todas as construções distintas pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos integrantes de tais construções; como conjuntos arquitetónicos, os aglomerados homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica; como sítios pode entender-se as junções entre intervenções humanas e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente

característicos e homogéneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico. (ICOMOS, 1985)

— **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**

Esta carta foi devolvida em Washington D.C., nos Estados Unidos da América, de 7 a 15 de outubro de 1987, tornando-se a oitava assembleia geral do ICOMOS, que criou a definição dos princípios regentes para a proteção de cidades históricas e áreas urbanas, determinando que é necessário ampliar a definição e os conhecimentos sobre património histórico. Ampliam-se as características intrínsecas de carácter histórico de uma cidade ou de uma área urbana, tendo em conta os elementos novos, como materiais, padrões urbanos, características interligadas à cidade como vias e lotes; a relação entre os espaços, entre edifícios e espaços vazios; análise ao edificado comparativamente à sua escala, estilo, material, cor e estética. É tida em consideração a envolvente e a implantação contruída na sua relação com o espaço vazio ou natural. (ICOMOS, 1987)

— **Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído**

Esta carta foi desenvolvida na Polónia, em Cracóvia, a 26 de outubro de 2000, tendo como principal objetivo definir os princípios para a preservação e restauro do património construído. Apresenta os objetivos e métodos, para enaltecer o património, como o objetivo da conservação de local, mantendo sempre a sua autenticidade e integridade, definindo que todo e o projeto de intervenção tenha um plano preciso, com métodos e objetivos bem delineados. Nesta carta, deixa bem definidos os conceitos e terminologia de património, monumento, autenticidade, identidade, conservação, restauro e projeto de restauro. (ICOMOS, 2000)

— **Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural**

A carta elaborada em Xi'an, na China, a 21 de outubro de 2005, levanta novos conceitos sobre a conservação, desde a envolvente ao património, reconhecendo elementos físicos, naturais e visuais, questões relacionadas com a memória da população, os costumes e crenças. Expressa também recomendações relativamente à proteção e valorização das técnicas tradicionais ou outras formas de expressão que enaltecendo o património. (ICOMOS, 2005)

Considerações gerais

Depois de analisadas as Cartas Internacionais as principais recomendações a reter sobre conservação e reabilitação do património arquitetónico.

Princípios gerais relacionados com qualquer intervenção, independentemente se o edifício tenha valor patrimonial atribuído ou não:

- A estima pela autenticidade – desaconselhando as reconstruções;
- O conceito de valor e autenticidade devem ter em conta a cultura e identidade do local;
- Ter uma abordagem multidisciplinaridade;
- Recorrer a todas as técnicas relevantes nas ações de conservação;
- Os novos elementos sejam possíveis de identificados de uma forma clara e imediata;
- Atribuir o edifício a um destino funcional socialmente útil.
- A alteração de programa deve ter em consideração todas as exigências de conservação e segurança.
- As sucessivas intervenções, mesmo de épocas distintas, devem ser respeitadas como um único objeto histórico consistente, não removendo nenhuma das intervenções;
- Utilização do princípio da reversibilidade – a intervenção deve ser de possível reversão e em caso de a necessidade de extração deixar o mínimo de marcas ou danos no património;

Fases que deve incluir no processo de uma reabilitação:

- Investigação e diagnóstico – executar levantamentos e estudos complementares, a análise histórica, as causas de danos e degradações, avaliar o estado de conservação e de segurança;
- Medidas de consolidação e controlo – avaliar a origem dos problemas, seguindo da adoção de medidas de segurança e de reforço;
- Controlar a eficácia das intervenções, salvaguardar a eficiência máxima dos meios disponíveis e ter o mínimo impacto na autenticidade do edificado.

Considerações finais a ter em conta na elaboração de um projeto de reabilitação:

- A arquitetura, a estrutura, as instalações técnicas e a funcionalidade do edifício;
- Os materiais devem ser preservados, optando pela recuperação dos mesmos, caso seja impossível, os novos materiais devem ser compatíveis com os existentes;
- As imperfeições e alterações referentes ao passado a histórico do imóvel, devem ser ponderadas e mantidas, caso não comprometam a segurança da estrutura.

(Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, 2016)

Princípios orientadores para a intervenção

O programa preliminar do concurso sugere que a proposta deva seguir quatro princípios orientadores: a identidade, flexibilidade funcional, exequibilidade e sustentabilidade, princípios estes que pretendem salvaguardar a identidade do local e do existente. Simultaneamente a nova proposta deve conter espaços flexíveis, de fácil execução e que acima de tudo tenha uma componente sustentável e responsável, não só como das materialidades propostas, mas também com os recursos implementados.

— **Identidade**

Com a identidade pretende-se que a proposta de intervenção no Edifício Anexo contribua para a valorização deste conjunto patrimonial que constitui a sede da Ordem dos Arquitetos. Este está enquadrado num tecido urbano que tem sido alvo ao longo dos últimos anos de um processo expressivo de requalificação dos edifícios envolventes, impondo necessariamente a este edifício a intervir uma nova presença desta instituição com o contexto público, no sentido de elevar o reconhecimento da sua representatividade institucional.

— **Flexibilidade funcional**

Os novos espaços criados deverão ser capazes de se adaptar a várias realidades do programa funcional. A compartimentação deverá ser desenvolvida de forma a capacitar o espaço com a capacidade de acolher uma variedade de atividades como a formação profissional, nas suas várias vertentes disciplinares, com maior ou menor participação, e outros eventos de natureza diversa. Assim, deverá ser possível partilhar os mesmos espaços ainda que em momentos e contextos diferentes.

— **Exequibilidade**

Com a exequibilidade pretende-se que as soluções técnicas e construtivas procuradas permitam otimizar os recursos a nível financeiros disponíveis e da execução da obra, considerando igualmente os inerentes custos de operacionalidade e de manutenção/conservação inevitáveis ao longo do tempo.

— **Sustentabilidade**

Ao longo dos anos este conceito tem vindo cada vez mais a ser falado, o que por vezes pode começar a ser banalizado, estando este princípio relacionado com a materialidade. Assim, ao utilizar o conceito de sustentabilidade, na procura da neutralidade carbónica da intervenção, através das soluções técnicas e construtivas que conduzam a uma maior eficiência funcional, energética, térmica e acústica. Priorizando o uso de materiais ecológicos, com características recicláveis.

6. Fachadismo

O termo fachada, como descreve o dicionário da Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, surge “do italiano *facciata*, de *faccia*, «face»: alçado ou desenho em projeção ortogonal do exterior de um edifício; frontaria; frontispício de um livro; aparência; aspeto, semblante; de fachada: que se mantém apenas na aparência, superficial”. Assim, podemos entender que a fachada é o elemento mais visível de um edificado, onde se estabelece o primeiro contato visual, portanto dará a primeira impressão do mesmo. Por outro lado, este elemento serve para esconder o interior, ocultando o que se encontrará do outro lado, acabando por levantar curiosidade. (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, s.d.)

A definição de fachadismo não é nada mais do que o próprio nome indica, está diretamente relacionada com a fachada de um edifício, que neste caso, é o único elemento de uma pré-existência a preservar quando se realiza uma demolição integral no interior do mesmo. (RP — Revista Património nº1, 2013)

Como refere o Eng. João Appleton, “aceita-se que, em casos específicos, esta seja a opção escolhida, nomeadamente quando se trate de intervenções em edifícios em estado de ruína ou profundamente adulterados e quando a reconstrução integral de um edifício novo possa criar roturas arquitetónicas indesejáveis.” Assim, o que acontece no edifício em que a proposta pretende intervir enquadra-se num destes casos específicos, devido ao mau estado de conservação do existente, estamos perante um estado de ruína evidente. (RP — Revista Património nº1, 2013)

A decisão de preservar apenas a fachada também tem que ser devidamente ponderada, tendo em conta que o edifício isoladamente pode não passar de um edifício com uma fachada banal, mas que em conjunto com outros podem assumir alguma importância histórica e cultural de relevo, como por exemplo, no edificado da proposta a intervir. Com efeito, a fachada deste por si só não tem um interesse de relevância elevado, mas na leitura conjunta com a restante rua e a zona histórica apresenta uma grande coerência resultando num valor de interesse nacional. As fachadas assumem-se como elementos caracterizadores da cidade, criando uma identidade própria. (Melâneo, s.d.)

Durante vários anos à fachada não era atribuído um valor simbólico e autónomo em relação ao seu interior. No entanto, ao longo dos anos essa situação tem sido revertida, vendo a fachada ser-lhe atribuído valor simbólico como referência histórica, sugerindo assim uma simulação da aceitação do fachadismo. (Melâneo, s.d.)

Este tipo de intervenções não é consensual e acaba por criar divergências nas opiniões geradas, sendo o fachadismo acusado pelo desaparecimento da história da cidade, criando-se a ideia de cidades de aparências. Havendo autores, como o Arquiteto José Aguiar que defende que com o fachadismo se “destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documentos e produto de arte

urbana, da arte arquitetónica e da arte de construir”, onde acaba por apagar as memórias coletivas e patrimoniais, mesmo não sendo consciente do que estava por trás da fachada, o edificado deixa de ter ligação do interior com o exterior, banindo técnicas tradicionais. Tendo em conta que estas intervenções acontecem, maioritariamente, em edifício com estruturas de alvenaria e madeira, ao contrário do que acontece nos dias de hoje em que é utilizado o betão e o aço. (RP — Revista Património nº2, 2014)

Através deste conceito há edifícios que voltam a ter vida, mesmo que o seu interior seja totalmente renovado e sem ligação histórica ao lugar, como se a história contada fosse falsa, vazia e desinteressante. Mas como benefício o edifício não perde a ligação com a história da cidade onde está inserido; pode ganhar ou retomar as capacidades funcionais e estruturais; aumentar os níveis de conforto e de segurança, compatíveis com as necessidades atuais; ganhos térmicos; permite escavações para pisos subterrâneos; acerto da cércea, através de construções novas.

Existem vários tipos de intervenção de fachadismo, podendo-se preservar a fachada e a intervenção existir apenas por trás da mesma, tornando-se invisível para quem desconhecer o projeto anterior, onde a intervenção é meramente interior, onde todo este é o “novo”, mas não transpassa para o exterior. Em contrapartida, existem projetos de intervenção em que o elemento novo é visível pelo exterior, notando-se claramente que existiu uma intervenção, existindo mesmo propostas em que se encontra mais saliente que a fachada pré-existente. (Melâneo, s.d.)

Como bom exemplo de fachadismo em Portugal é a Casa dos Bicos, em Lisboa, dupla de Arquitetos Manuel Vicente e Daniel Santa-Rita, onde a fachada assume um valor simbólico e se tornou uma referência histórica. A fachada existente já era marcante, pelas saliências contidas, as “pontas de diamantes”, vulgarmente chamados de bicos, daí o nome que chamam à casa e continha apenas dois pisos, visto que perdeu os outros dois pisos superiores na sequência do terramoto de 1755. (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.)

Assim, na proposta de intervenção ampliada, e restaurada a fachada, mantendo a linguagem da casa original, reproduzindo os as saliências e criando vãos, com um desenho contemporâneo inspirado na linguagem decorativa manuelina, a distribuição irregular deste e os pontos salientes imprimem ritmo na fachada. (SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.)



Figura 42 - Fachada existente da casa dos Bicos, Lisboa; Retirado de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489 consultado a 13 de novembro de 2020



Figura 43 - Fachada atual da Casa dos Bicos, Lisboa; Retirado de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489 consultado a 13 de novembro de 2020

Contrariamente ao exemplo anterior, o edifício Cineteatro Éden, na mesma cidade, é exemplo menos conseguido de fachadismo. O edifício foi projetado com a função inicial de ser um cineteatro, mas a sua última intervenção é projetada pelas mãos do Arquiteto francês George Pencreach e do Arquiteto Frederico Valsassina, mudando a função deste para um hotel de luxo nos pisos superiores e uma zona comercial no piso térreo. (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.)

Com isto, mantiveram a fachada em mármore cor-de-rosa, com o seu painel esculpido alusivo às artes representadas nas salas de espetáculo, mantendo também o nome da sua anterior função. A nova intervenção segue a mesma simetria já existente; no cimo das janelas mais estreitas que rasgam a fachada até baixo é aumentada, com revestimento de mármore, simulando que fazia parte do existente, criando uma espécie de torres, que é ainda salientada com o uso de vidro, que parece brotar da fachada; devido às grandes aberturas da fachada existente é criada uma “nova” em segundo plano, toda ela em vidro, para quebrar todas as linhas retas da mesma, esse elemento novo tem uma forma arredondada. (SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.)



Figura 44 - Edifício pré-existente do Cineteatro Éden, Lisboa; Retirado http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228 a 13 de novembro de 2020



Figura 45 - Fachada atual do Cineteatro Éden, Lisboa; retirado http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228 a 13 de novembro de 2020

Apesar de estes dois exemplos partirem da mesma premissa e ambos os resultados serem uma solução válida, apesar de substancialmente distintos, em ambos os projetos são respeitados a identidade, a cultura e o local. Entre estes as únicas relações que existem são o facto de terem visto os seus interiores demolidos para albergar as novas funções e por terem sido classificados impedindo assim a sua total demolição.

Em relação à fachada, as duas abordagens são distintas. No primeiro caso há a intenção de recriar a fachada em tempos perdida no terramoto. Assim, o novo alçado respeita a autenticidade do edificado, acrescentando-lhe aspetos contemporâneos, presentes nas janelas. Com esta intervenção, a leitura do alçado é como se fosse um só, não existindo uma separação entre o que estava antes e o proposto. O segundo caso é pautado pela mudança da fachada original, que

continha um desenho mais quadrangular do que como se apresenta atualmente; contudo foram criados dois planos de fachadas, o primeiro é a pré-existência, bastante imponente e marcada pela sua materialidade robusta; em segundo plano é criada uma nova em vidro, notando-se claramente a separação entre os elementos novos e os antigos.

Contudo, o fachadismo tem ganho espaço nos grandes centros urbanos, com a ausência de lotes para contruir de raiz e como cada vez há mais edifício devolutos, esta prática tornou-se cada vez mais frequente, mas, se por um lado os interiores dos edificadados não refletirem a memória que a fachada pretende ainda garantir, por outro lado, há fachadas que acabam por ser manipuladas e tornam-se no que nunca foram.

7. Proposta de intervenção

Apresenta-se neste capítulo a síntese dos métodos escolhidos para a realização da proposta de intervenção para o edifício Anexo, conforme referenciado anteriormente ao logo desde documento, é proposto a ampliação e reabilitação do edificado. O programa para esta proposta segue o programa apresentado no enunciado preliminar do concurso, onde se procura dar uma função a este espaço devoluto. Assim é proposto a realização de uma zona de entrada, cafetaria/restaurante, duas salas de formação, um espaço polivalente, instalações sanitárias e uma zona de esplanada. (Ordem dos Arquitetos)

Portanto, a proposta pretende refletir algumas das abordagens analisadas no capítulo da Contextualização, seguindo as premissas presentes nos princípios orientadores e nas cartas, convenções e recomendações, quer nas restrições que as classificações expõem. Sendo elas: respeitar autenticidade e a identidade do local, dar uma funcionalidade e atribuir um programa a este espaço que nunca teve um definido, ser possível de identificar o novo elemento de forma imediata e ter uma abordagem multidisciplinaridade e a Sustentabilidade como mensagem de consciencialização social.

Estratégia

Procurou-se, como elemento fundamental, a preservação e valorização do património ainda existente e possível de reabilitar. Recuperando a fachada principal e mantendo as características do seu traçado, resultando numa nova proposta que interligada o passado histórico e com vista para o futuro.

A estratégia implementada na proposta iniciou por se analisar o existente e por proceder a uma limpeza do existente, eliminando as construções de génese ilegal, que não faziam parte do projeto original, e devido ao avançado mau estado de conservação, como já mencionado anteriormente ao longo deste documento. Assim procurou-se os novos alinhamentos, depois de encontrados fixou-se o limite do que virá a ser o limite construído da proposta.

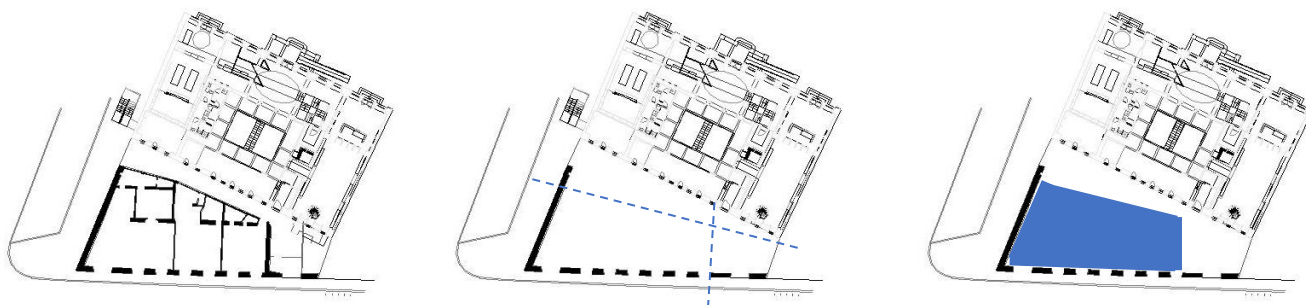


Figura 46 – Esquema dos limites construídos

Como a área existente para a realização de todo o programa proposto ser reduzida, surgiu a necessidade de se propor construir em altura, onde originou uma distinção clara no programa. No piso térreo ficará as zonas mais públicas, o restaurante e as suas áreas de técnicas; nos restantes pisos ficaram as zonas mais privadas do programa, como as salas de formação e o espaço polivalente. Com esta distribuição mantém-se restrita ao público em geral no piso térreo e nos outros dois as áreas mais reservadas aos membros e associados, permitindo, como pedido no programa preliminar a que zona do restaurante fosse autónoma relativamente ao restante do edificado, para conseguir possibilitar o seu funcionamento fora do horário de funcionamento da Sede da Ordem dos Arquitetos.

Intervenção

A proposta de intervenção nasce da criação de núcleos principais, que funcionam através da sua repetição, onde alguns se perlongam ao longo do edificado, outros apenas existem num só piso, com isto o objetivo era concentrar alguns dos espaços que seriam necessários repetir ao longo da distribuição programática e conseguir libertar a maior área possível para o restante programa.

Com isto são criados três núcleos o que se concentra num só piso é referente à cozinha; os outros dois repetem-se ao longo dos três pisos, sendo o do centro referente às circulações verticais, contendo as escadas e o elevador; e o outro é referente às instalações sanitárias. As restantes áreas programáticas têm como delimitação a fachada nova.

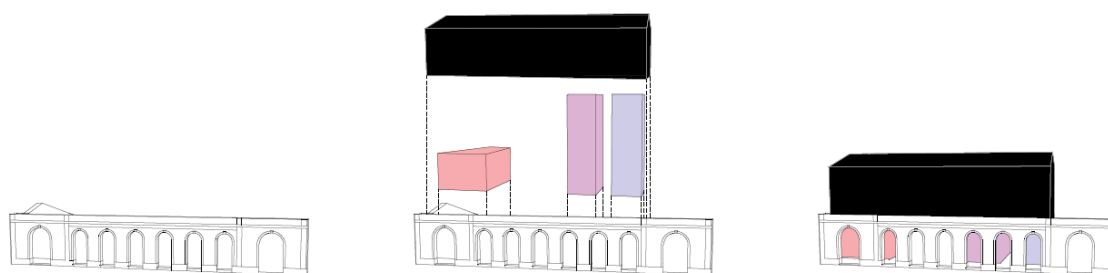


Figura 47 - Esquema dos núcleos; realizado pela autora

Legenda: Cor-de-rosa – Cozinha; roxo – acessos verticais; azul – instalações sanitárias; branco – fachada existente; preto – fachada nova.

As implantações destes núcleos no espaço foram pensadas de forma a que não surgissem paredes no meio dos espaços, mantendo a ideia de simplificar e limpar o desenho, mas ao mesmo tempo seguir e unificar alguns dos princípios que foram utilizados na reabilitação dos Banhos de São Paulo. Foram trazidos para esta proposta a memória de direções de algumas paredes, uma recriação de um deambular labiríntico, a conceção de espaços abertos e com isto abertos à mudança.

No seguimento da ideia de recriar um “deambular labiríntico” pelo espaço, os núcleos centrados no espaço e alinhados a 1,20m das suas fachadas contingentes, gerou corredores de circulação em ambos os lados dos mesmos. Este exemplo é bastante visível na planta do piso térreo, onde realizando um trajeto desde a entrada no edificado, percorrendo o espaço e dirigindo-se até à saída existe a possibilidade de não percorrer o mesmo corredor duas vezes. No piso do espaço polivalente, essa intenção era mais evidente, tornando o espaço multifacetado, pretendeu-se que ao alojar uma exposição seja permitida a criação de percurso distintos, ou possibilitando a opção de ir variando mesmo de exposição em exposição. Proporcionando também que o visitante faça o seu próprio percurso, explorando todo o edificado.

O espaço exterior sobrance a intervir ficou como zona de esplanada, alargando o logradouro existente, manteve o formato afinado anteriormente, mas mais alargado, para dar ilusão de ser mais largo, a fachada do restaurante virada para este espaço será em vidro, onde através do reflexo deste parecerá mais largo e naturalmente o interior do restaurante usufruirá de luz natural em abundância.

A nova estrutura divide-se em duas materialidades, betão armado e estrutura metálica. Utilizando duas estrutura metálica distintas, uma para sustentar a fachada, e outra para suportar as lajes e os vários planos de vidro das janelas. O betão armado é utilizado na estrutura do edifício nas lajes colaborantes e nas paredes, devido aos espaços serem tão amplos, as poucas paredes existentes no interior da proposta fazem parte da estrutura.

Programa

— Restaurante

O restaurante fica situado no piso térreo, é composto por uma sala de refeições, zona de bar e cozinha, todas as áreas de apoio deste encontram-se no piso -1, sendo: os vestiários para funcionários, os arrumos e a copa suja. A sala de refeições tem capacidade para 48 lugares sentados, sendo esta projetada para cumprir a sua função funcional e pretende-se que também tenha um carácter cultural, podendo ser possível utilizar este espaço para outras funcionalidades, tornando este espaço multifuncional. Devido a sua implantação na proposta pretende-se que este consiga funcionar de forma autónoma, tendo em conta que a Ordem efetuará um contrato de concessão para exploração.

Este espaço é privilegiado pela sua proximidade com o exterior do edificado, estando diretamente ligado com a via pública e com a zona da esplanada, no logradouro. Sendo esta uma vantagem também para as cargas e descargas para a zona de armazém do mesmo.

A escolha dos materiais utilizados nos pavimentos é em cimento afogado, as paredes serão reboco pintado de branco, em exceção na parede da esplanada que será em vidro. Tal como acontecerá em todos os tetos propostos, de maneira a esconder todos os sistemas de ar condicionado,

tubagens e cabos necessários, essas infraestruturas ficaram tapadas com teto falso em gesso cartonado pintado de branco.

Área útil da sala de refeições – 78m²

Pavimento – Cimento afagado, cor cinza

Paredes – Reboco pintado de branco

– Vidro duplo

Teto – Teto falso em gesso cartonado pintado de branco

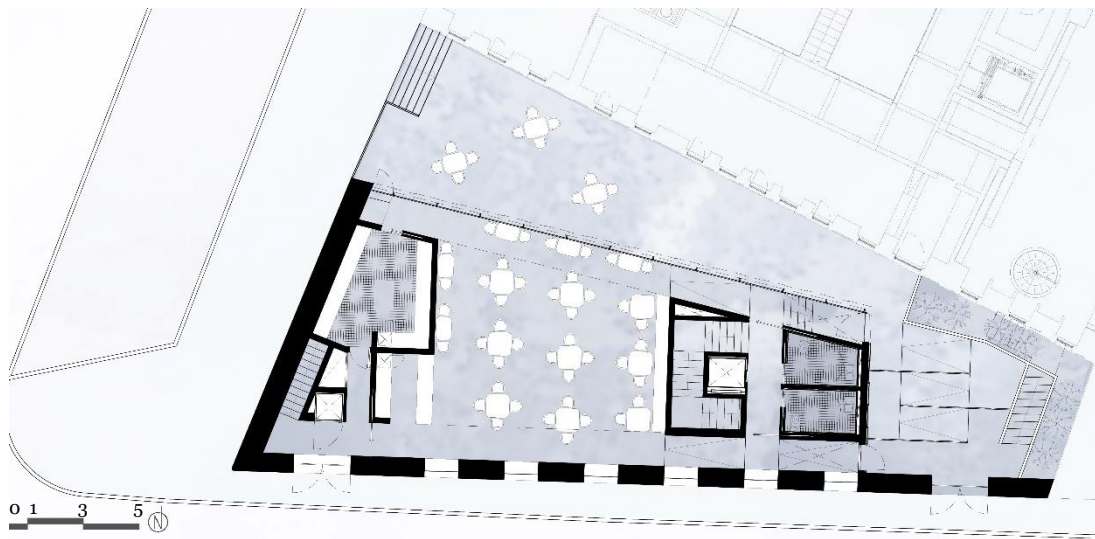


Figura 48 - Planta do piso 0

— Salas de Formação

Situado no 1º piso deste edificado, tem como principal função ser capaz de albergar ações de formação ou eventos similares. Assim, é composto por duas salas de formação contíguas, capazes de se unir para conseguir permitir uma eventual utilização conjunta. Estas têm capacidade para permanecer sentadas 32 pessoas numa sala e 34 na outra, conseguindo assim obter 68 lugares sentados na sua totalidade.

Relativamente à escolha dos materiais a aplicar, o pavimento a aplicar é madeira maciça tipo *Jular soalho* de 240x15 cm, dando-lhe um ar mais acolhedor e quente. As paredes deste espaço são em vidro duplo, revestido pela materialidade fachada no exterior. O vidro proposto é *Guardian LamiGlassAcoustic*, tendo em conta a grande área de utilização deste material tem como característica ser capaz de diminuir os ruídos exteriores. Este material apresentado estará repetido em todas as grandes superfícies de vidro duplo proposto.

A parede de divisória móvel deste espaço são elementos modulares elaborados por medida, revestidos em madeira, tipo *Anaunia*, modelo PMI-MAXI, contendo isolamento acústico no seu

interior, o ideal para este espaço quando está a ter atividades em ambos os lados simultaneamente, a utilizando do sistema de recolhimento e de aplicação são os sugerido pelos fabricantes.

Área útil – 79,60m²

Pavimento - Madeira maciça tipo Jular soalho 240x15 cm

Paredes – Vidro duplo

- Reboco pintado branco
- Plástico reciclado

Teto – Teto falso em gesso cartonado pintado de branco

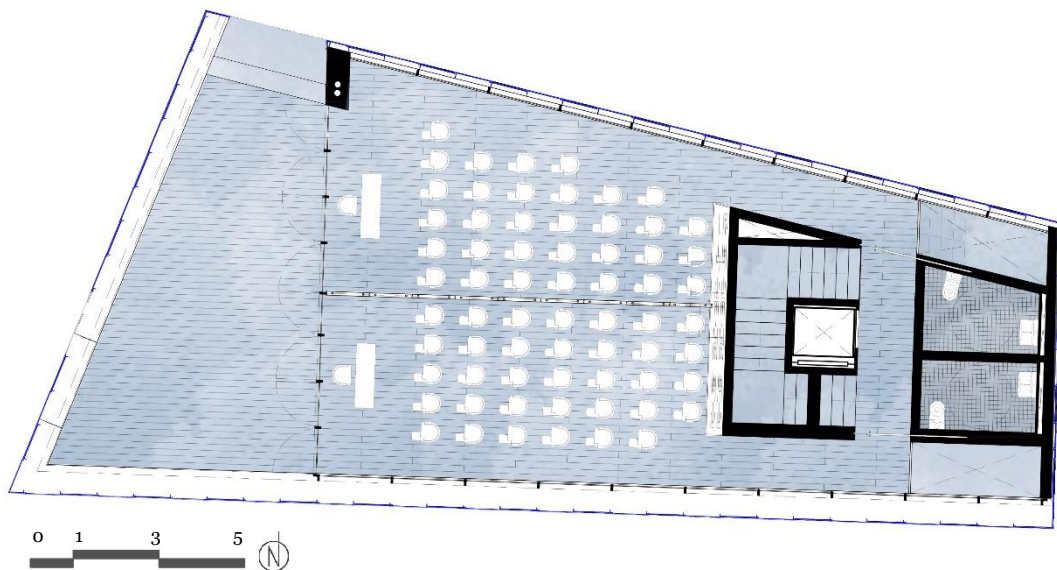


Figura 49 - Planta do piso 1

— Espaço polivalente

Localiza-se no último piso do edificado, proposto como um espaço amplo e versátil, apto albergar as mais variadas atividades da Ordem dos Arquitetos, como por exemplo exposições e cerimónias. Tratando-se assim de uma sala totalmente ampla, versátil e descaracterizada, possível de acolher todo o tipo de atividades propostas, com facilidade de adaptação a todas elas.

Em relação aos materiais utilizados, nas paredes é utilizado o mesmo sistema que na parede com características translúcidas das salas de formação, em alternância, neste espaço o pavimento é em cimento afagado de cor cinza, dando a este espaço uma particularidade mais versátil.

Área útil – 82m²

Pavimento – Cimento afagado, cor cinza

Paredes – Vidro duplo

- Reboco pintado branco
- Plástico reciclado

Teto – Teto falso em gesso cartonado pintado de branco

— Circulações verticais

O núcleo de circulações verticais é composto por a escadaria e o elevador.

O material utilizado nas escadas é betão, sendo o pavimento cimento afagado e as paredes betão à vista.

Pavimento – cimento afagado

Paredes – betão á vista

Teto – Teto falso em gesso cartonado pintado de branco

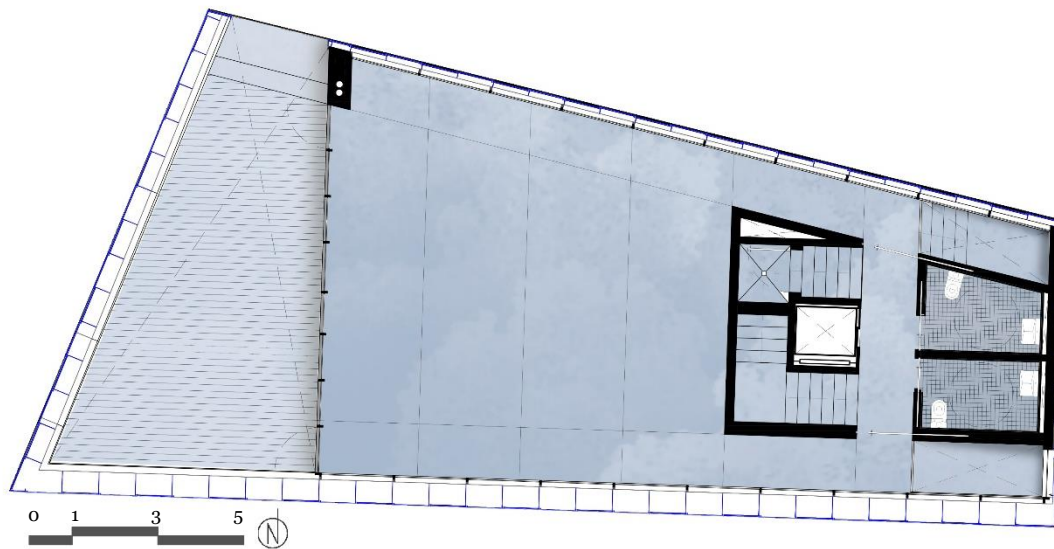


Figura 50 - Planta do piso 2

— Instalações sanitárias

Localizada numa extremidade das plantas e repetindo-se ao longo das três plantas, este núcleo de instalações sanitárias é composto duas cabines, uma para feminino e outra para masculino, capaz de ser utilizada por uma pessoa com mobilidade reduzida.

Nestas instalações sanitárias o pavimento e paredes com revestimento em cerâmico 10x10cm. A louça sanitária selecionada é tipo *Sanitana*, sendo: a sanita tipo *Sanitana compacta Nexo BTW Short* e lavatório tipo *Sanitana Nexo 56*. Os materiais utilizados nas paredes, nos pavimentos e nas louças sanitárias apresentadas estarão repetidas em todas as instalações sanitárias propostas.

Área útil – 9m²

Pavimento – Azulejo tipo 10x10 cm, cor cinza

Paredes – Azulejo tipo 10x10 cm, cor cinza

Teto – Laje colaborante à vista, pintada de cor cinza

— **Esplanada**

Esta zona situada no logradouro, é o espaço de união entre os dois edificadros. É permitido aceder a esta zona quer através dos edificadros, como diretamente da via pública por dois pontos distintos. Este espaço pode ser utilizado como zona de esplanada ou apenas de passagem.

O material utilizado no pavimento da esplanada será madeira tipo *Jular Sdeck nature* de 240x15cm, sendo esta de fácil manutenção e mantendo a memória do que existia na pré-existência.

Área útil – 90m²

Pavimento – madeira maciça tipo *Jular Sdeck nature* 240x15cm

— **Escadas metálicas (existentes no edifício principal)**

Ao longo do enunciado do próprio programa preliminar é sugerida uma reflexão sobre uma possível alteração do respetivo caminho de evacuação das escadas metálicas existentes na empena lateral, parede esta reconhecida pelo seu painel de mosaicos que a reveste. Estas escadas têm como principal função dar resposta ao sistema de saída de emergência do Edifício dos Banhos de São Paulo, que ligam desde o piso superior à rua Travessa do Carvalho.

Inicialmente existiu a ponderação de realizar essa alteração, tendo em conta a implantação atual das mesmas, estar inserida na via pública e com isto ser utilizada não apenas por utilizadores da Ordem, mas também por sem abrigo.

Mas, a recolocação destas não se tornou uma tarefa facilitada, como não estava proposto no projeto inicial da Edifício da Ordem ao se tentar adaptar este novo ponto de emergência não ia de encontro com as características deste tipo de sistema. Devido as suas dimensões, levantou algumas questões, como seria vista pelo exterior, se ficaria um elemento opaco ou translucido, assim, como teria que passar em frente as janelas existentes na fachada tardoz taparia várias janelas de um mesmo espaço, ao qual não seria uma boa solução.

Então, a solução passou por não intervir nessas mesmas escadas.

Fachada



Figura 51 - Fotomontagem da intervenção

A fachada nova é o elemento unificador de toda a proposta do edifício, onde esta se pretende que seja percebida como uma pele que cobre todo o edificado, delimitando e encerrando todos os novos espaços criados. Esta pele pretende transpor a ideia de ser um elemento compacto a flutuar, mas que à medida que as horas vão passando em partes acaba por se revelar vivida através-do material da fachada que transparecem as iluminações do interior.

Devido à altura da proposta, a cobertura da mesma pretende-se que seja lida como um quinto alçado, tendo em conta que a Sede da Ordem dos Arquitetos e o edifício adjacente têm bastante visibilidade sobre este. Assim, esta cobertura de duas águas pretende ser uma continuação da fachada, tentando esconder todas as infraestruturas necessárias.

Com esta fachada, pretende-se que não seja revelado à partida todo o interior e as suas materialidades, assim a primeira imagem mental criada deste novo edificado é a fachada dos arcos com um elemento que levita por cima.

O forma desta, está diretamente relacionada com a forma das fachadas existente, com se fosse feito um negativo da mesma e surgisse de dentro da mesma, surgindo assim o alinhamento da cumieira da cobertura de duas águas, não centralizado. Esta nova fachada, surge 1 metro acima da existente, não existindo sobreposição entre a fachada velha e a criada de raiz, onde a ligação entre ambas é feita por um plano de vidro, que ilumina toda a área das salas de formação.

Não querendo que a fachada desta intervenção seja apenas mais uma fachada reabilitada que surgiu nesta cidade, existiu a necessidade de explorar quer a materialidade, quer a vivência da

própria fachada, querendo que a parte proposta esteja relacionada com o existente, o local inserido e a sua nova função, mas que acima de tudo que mantenha a relação com a parte existente, participando como parte integrante da história do edificado e não apenas contadora de uma história nova, vazia e descaracterizada.

Além de respeitar a linha de contorno do existente o que se destaca é a materialidade escolhida para a mesma, que foi o plástico reciclado retirado dos oceanos através de módulos. A escolha deste recaiu por este ser um material totalmente sustentável, leve e totalmente inovador. A utilização deste material deve-se a que enquanto arquitetos temos ao termos um impacto social nas nossas intervenções, e com a preocupação ambiental atualmente, sentiu-se a necessidade de com esta aplicação deixar uma mensagem de sensibilização à sociedade. Valorizando com isso a evolução tecnológica de estudos científicos para responder e resolver problemas ambientais.

Esta materialidade surge durante a fase de investigação da dissertação, após a reunião com o Professor Doutor João Castro Gomes, onde apresentou os mais variados materiais inovadores criados no seu laboratório, todos eles tinham em comum serem sustentáveis, reutilizando materiais à partida já em fim de vida, como por exemplo, cerâmica arrancada num projeto de reabilitação. Assim, surgiu o interesse em utilizar um destes materiais na proposta, visto que a intenção era encontrar um material que fosse aplicável quer na fachada como na cobertura, mantendo uma linguagem de continuidade.

O plástico reciclado ia de encontro com a intenção da proposta, devido à proximidade de Lisboa com o oceano, salientando que esta é a única capital europeia banhada pelo atlântico, tornou-se um dos pontos significativos, desmarcando-se pela diferença, inovação e alertando para uma causa ambiental que marca atualidade.

Com isto surgiu a necessidade de perceber melhor esta realidade, desde a origem do material, a análise da carta elaborada pela Comissão Europeia, “Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular”, que tem como principal objetivo sensibilizar os países europeus a reutilizar mais o plástico, combatendo o plástico de uso único, sendo que muito do lixo marinho, ao nível do plástico, é composto por esse tipo, assim, essa investigação encontra-se desenvolvida no Anexo I desta dissertação.

As peças propostas para este fim terão uma dimensão de 90x90cm, com uma espessura de 2cm, estando dispostas sobre uma estrutura metálica auxiliar que as suportam ao longo do edificado. Estas peças serão colocadas sobrepostamente lateralmente, de maneira a que a estrutura auxiliar que as suporta seja mais reduzida, sendo esta uma estrutura que fica visualmente exposta para o interior, marcando um ritmo e uma verticalidade evidente.

Para estas peças serem produzidas, têm de ser artesanalmente, primeiramente triturar o plástico previamente recolhido; posteriormente colocado em moldes, existindo três tipos de moldes, os de madeira (uso único), chapa metálica (uso múltiplo) e silicone (uso único); e por fim estarem sujeitos a temperaturas elevadas, derretendo e unindo estes. (Jureviciute, 2019)

8. Conclusões finais

O interesse em realizar este concurso de ampliação e reabilitação deste espaço, deve-se ao grande valor cultural e patrimonial atribuído à sua localização e história. Neste estudo levanta-se a questão imediata de perceber como ao longo dos anos se deixa chegar um imóvel destes ao tão avançado estado de degradação, numa cidade como Lisboa e numa zona com um grande passado histórico, acabando este por ficar devoluto e com necessidade de contenção provisória da fachada principal para segurança da via pública. Considera-se que é um espaço com imenso potencial, louvando a iniciativa da Ordem dos Arquitetos ao lançar o Concurso proposto, tornando-se uma mais valia para as suas próprias infraestruturas e, acima de tudo, para a cidade.

Com esta dissertação pode-se encontrar vários pontos de partida para a realização de uma reabilitação e conservação de um edifício, partindo dos princípios mais básicos da Arquitetura, entre os quais se considera que todas as novas intervenções devem respeitar fielmente três conceitos essenciais: o tempo, o lugar e o espaço. Sendo estes uns dos fatores que se revelam mais importantes e que facilmente se conciliam a outros que foram abordados ao longo deste documento, como por exemplo, a autenticidade, a identidade do local e a memória do mesmo.

Ao longo da realização desta dissertação, foram sentidas algumas dificuldades relativamente à alteração do espaço pré-existente, pensando-se sempre na forma mais viável de preservar o máximo do mesmo. Assim, nesta conclusão é possível assumir que a proposta se afirma como um caso de “Fachadismo”, mesmo considerando que este termo gere discordância quando utilizado. No entanto, neste caso pretende revelar-se como a solução mais favorável, tendo em conta que com o passar dos anos nada foi feito por este espaço, não havendo um histórico de uma função atribuída e como é referido ao longo desta dissertação, o edificado não se encontra em condições para alojar uma nova função. Portanto, a demolição integral do interior passou por ser uma obrigação e não uma opção.

Na evolução desta dissertação surgiu a necessidade de ter um olhar mais atento sobre fachadas, podendo assimilar várias leituras sobre elas, sendo estas caracterizadoras de uma cidade, criadoras de memória histórica e patrimonial da população, até porque em muitos casos a maioria das pessoas nunca vai chegar a passar para trás destas.

Assim, a nova proposta pretende dar a melhor resposta possível ao programa proposto para este espaço, apelando a espaços amplos e versáteis, capazes de se adaptarem às mais variadas realidades. Com isto, a proposta pretende dar a este lugar uma nova função, refletindo os conceitos e os princípios analisados.

Este novo espaço proposto pretende não estar centrado apenas em si: pretende-se que esteja voltado para a Ordem dos Arquitetos, conseguindo dar-lhe melhores condições e ampliando-o com espaços que estão em falta, colmatando erros existentes no Edifício da Sede; e para a cidade

de Lisboa, podendo este ser mais um espaço expositivo ou mesmo ser visto como um polo cultural na cidade.

Tendo em conta que Lisboa é a única capital europeia banhada pelo atlântico, a utilização de plástico retirado dos oceanos na fachada, sendo esta materialidade inovadora, tornou-se um dos pontos significativos, destacando-se pela diferença e inovação, alertando para uma causa significativamente marcante para atualidade ambiental.

Em suma, apesar deste exercício de Arquitetura se pretender fundamentalmente uma proposta de reabilitação arquitetónica, não querendo que esta seja traduzida apenas no desenvolvimento de desenhos técnicos, como plantas, cortes e alçados, objetiva-se também instigar ao transeunte leigo um sentimento permanente de sensibilização ao momento ambiental crítico que vivemos com a utilização e reutilização expressiva e estética do plástico reciclado, como prática tão insignificante como fundamental ao futuro da humanidade.

Anexo I

Plástico

Este material foi criado há largos anos, tendo um elevado crescimento sistemático até aos dias de hoje, se nos seus primórdios era um produto totalmente natural, contrariamente a isto, uma grande parte dos plásticos elaborados atualmente é produzido de forma artificial e muitos deles dependentes de combustíveis fósseis. Este material acaba por este ser omnipresente, devido à sua versatilidade pode ser encontrado nas mais variadas áreas e a desempenhar múltiplas funções, desde utilizadas para fazer próteses na medicina, como utilizado vulgarmente no nosso dia a dia, por exemplo uma simples garrafa de água, que muitas vezes acabamos por descartar no fim da sua utilização única. (Comissão Europeia, 2018)

Os primeiros vestígios de plástico remontam para há 3500 anos, numa civilização olmeca, no México, onde estes produziam bolas para jogar em látex através da resina que retiravam da árvore-da-borracha. Posteriormente a estes, ao longo do século XX e no início do século XIX foram introduzidos os plásticos sintéticos, como a celoide e a baquelite, sendo esta primeira por Alexander Parkes utilizada por exemplo nas fitas dos rolos de filmes e a segunda por Leo Baekeland, utilizada em telefones e em televisores. Ambas foram utilizadas durante várias décadas. (National Geographic, 2018)

A nível molecular do plástico, este é composto por polímeros, que são uma extensa cadeia de compostos químicos, dotadas de grande flexibilidade, assim esta estrutura permite moldar o plástico com bastante facilidade, dando-lhe forma, sobretudo por ação do calor e da pressão.

Atualmente, estes plásticos sintéticos tornaram-se uma alternativo as plantas naturais, tendo como principal matéria-prima o crude e o gás natural, extraídos de combustíveis fósseis, onde são sujeitos a um processo de transformação até se tornarem as bolinhas de plástico. (National Geographic, 2018)









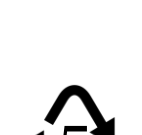
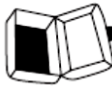
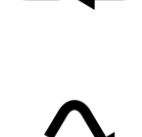

O processo de produção do plástico tem seis fases sequenciais, onde na primeira etapa do processo de produção do plástico consiste na extração de crude e gás natural do solo, que posteriormente são levados para refinarias, a segunda fase, onde são transformados em diferentes produtos, incluindo em blocos de elementos de base, acabando por transformar em etano a partir do crude e propano a partir do gás natural.

Na terceira fase são fragmentados, são divididos ou decompostos em moléculas mais pequenas, o etano dá origem ao etileno e o propano em propileno, numa quarta fase é adicionado um catalisador que junta as moléculas e forma polímeros, denominados resinas, permitindo moldar o plástico com bastante facilidade, dando-lhe forma, sobretudo por ação do calor e da pressão. Assim neste processo de polimerização transforma o etileno em resina, o polietileno e o propileno

em poliepropileno, depois de derretidas, arrefecidas e cortadas em bolinhas, numa fase de pré-produção. (National Geographic, 2018)

Para finalizar este processo de transformação, essas bolas de plástico são transportadas para os fabricantes que, por ação do calor, as transformam em produtos de plástico resultando em produtos de diferentes formas e feitios, dependendo do uso que lhe for atribuído.

Nem todos os plásticos são elaborados da mesma forma, assim, existe uma codificação com a identificação dos químicos usados na resina utilizada no processo de fabrico do mesmo. Esta codificação é realizada através de números de uma escala de 1 a 7. (National Geographic, 2018)

 PET	<p>É o plástico mais comum, transparente, podemos encontrá-lo em garrafas, copos e fibras de roupa, por exemplo.</p>	
 PEAD	<p>Plástico capaz de aguentar as mais variadas temperaturas e químicos. Este podem ser encontrados em embalagens de detergentes, por exemplo.</p>	
 PVC	<p>Marca a diferença pela sua rigidez e resistência. Utilizado em material de construção, como tubos, em brinquedos e material hospitalar.</p>	
 PEBD	<p>Tem como principal característica de ser flexível e transparente. Usado para sacos, fraldas descartáveis, entre outros exemplos.</p>	
 PP	<p>É capaz de conservar aromas e é brilhante, utilizado em latas de bebidas, recipientes para alimentos e em peças de automóveis.</p>	
 PS	<p>Tratando-se de poliestireno, tem boa resistência térmica, química e abrasão. Na Arquitetura é bastante utilizado para isolamento térmico utilizando poliestireno expandido (esferovite), mas também é utilizado em laminas de barbear, por exemplo</p>	



Neste parâmetro podemos encontrar os outros tipos de plásticos como acrílico, nylon, entre outros. Nestes podemos encontrar eletrodomésticos, CD's, entre outros exemplos.



Figura 52 – Codificação dos tipos de Plásticos; Desenhos realizados pela autora

Sendo este um assunto de maior importância, a comissão Europeia, reuniu em Estrasburgo, a 16 de janeiro de 2018, onde resultou a elaboração de “Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular”, tendo como objetivo sensibilizar a utilização do plástico, proposto que em 2030 todas as embalagens de plástico sejam reutilizáveis, sendo o plástico de uso único um dos principais fatores a abater, combatendo a emissão de CO₂. (Comissão Europeia, 2018)

Assim, ao longo dos últimos anos aos números apresentados não param de aumentar, no gráfico seguinte é possível verificar para que fim é produzido o plástico.

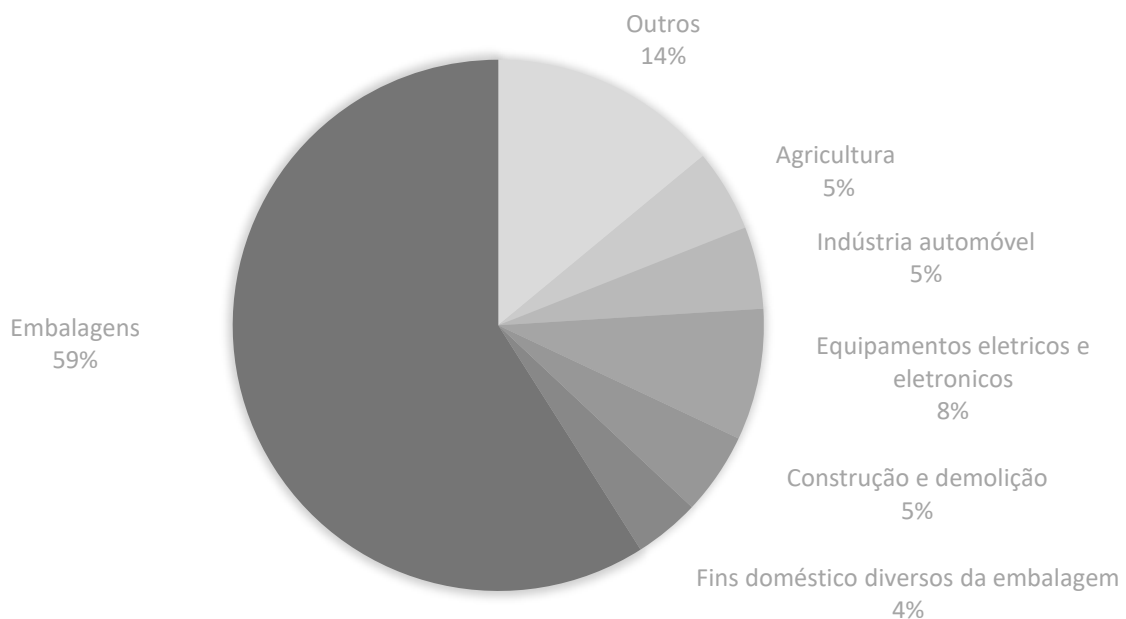


Figura 53 - Produção de resíduos de plásticos na UE, em 2015

Os plásticos por si contêm as mais variadas vantagens que outros materiais não beneficiam, portanto, o compromisso Europeu, referido anteriormente, pretende que se reduza os plásticos de apenas uma só utilização, como o caso dos brinquedos, sacas, escovas de dentes, pratos e talheres, entre outros produtos que são produzidos totalmente deste material e no seu fim de utilização são colocados diretamente no lixo. Tendo em conta que é mais barato produzir um plástico virgem, que reciclar ou recuperar existentes, acabando este novo produto ser desvalorizando. (Comissão Europeia, 2018)

Para esta dissertação, os números que se pretendem contrariar são as toneladas de lixo encontrado no fundo dos oceanos. Onde acaba cerca de 1,5% a 4% dos plásticos produzidos mundialmente, correspondendo 5 a 13 milhões de toneladas, das 500 000 toneladas que anualmente são contabilizadas.

Com isto, os 10 elementos mais encontrados no fundo do oceano são:



Figura 54 - Tipo de plásticos existentes; esquema da autora

(Comissão Europeia, 2018)

Assim, estima-se que 80% do lixo marinho seja plástico, com isto, os detritos deste material são transportados nas correntes marítimas, acabando por percorrer grandes distâncias, formando grandes aglomerados, podendo estes serem arrastados para terra, a formar zonas densas de resíduos capturados por correntes oceânicas circulares, ou acabar degradados em microplásticos. Estes últimos são pequenos pedaços com menos de 5mm, que animais marinhos podem acabar por ingerir acabando por chegar à nossa cadeia alimentar humana. (Comissão Europeia, 2018)

Este material acaba por ser bastante resistente, visto que sujeito a situações adversas no oceano a sua decomposição demora 10 a 20 anos para sacos de plástico, 50 anos para copos e 450 anos para garrafas de plástico. (Euronews, 2020)

Bibliografia

Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. (s.d.). Obtido de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fachada>

(2013). Em *RP — Revista Património nº1*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

(2014). Em *RP — Revista Património nº2*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

Almeida, S. (30 de maio de 2019). *Público*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2019/05/30/economia/noticia/lisboa-alojamentos-locais-paris-l-1874704>

Associação dos Arquitetos Portugueses . (1997-1998). Banhos de São Paulo. *Jornal Arquitectos*.

Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70.

Comissão Europeia. (2018). *Changing the way we use plastic*. Obtido de Comissão Europeia: <https://ec.europa.eu/environment/waste/pdf/pan-european-factsheet.pdf>

Comissão Europeia. (janeiro de 16 de 2018). *Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular*. Obtido de Comissão Europeia: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2df5d1d2-fac7-11e7-b8f5-01aa75ed71a1.0020.02/DOC_1&format=PDF

Contemporânea. (s.d.). *Nova sede da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 1991-1994*. Obtido de Contemporânea: http://www.contemporanea.com.pt/aap_06.html

Cultural, D.-G. d. (s.d.). *Edifício dos Banhos de São Paulo*. Obtido de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72756>

Diário da República. (24 de setembro de 2012). Obtido de Assembleia da República: <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2012/12/248000001/0008600087.pdf>

Dias, M. G., & Vieira, E. J. (janeiro de 1991). Memória descritiva. *MD Concurso Banhos S Paulo - AAP - MGD+EJV*. Lisboa, Portugal.

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Casa de Brás de Albuquerque (casa dos Bicos)*. Obtido de Património Cultural:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70460>

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Éden-Teatro*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71824>

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Lisboa Pombalina*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10011325>

Euronews. (20 de outubro de 2020). *Um oceano de plástico*. Obtido de Euronews:
<https://pt.euronews.com/2020/10/20/um-oceano-de-plastico>

França, J.-A. (1980). *Urbanismo e Arquitetura*. Lisboa: Biblioteca Breve.

França, J.-A. (1983). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora .

França, J.-A. (1989). *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve.

Henriques, S. (2014). O poder curativo da água. *Revista da Armada*, 16.

ICOMOS. (21 a 30 de outubro de 1931). *Carta de Atenas*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

ICOMOS. (25 a 31 de maio de 1934). *Carta de Veneza*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

ICOMOS. (1976). *Recomendação de Nairóbi*. Obtido de IPHAN:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>

ICOMOS. (19 de abril de 1979). *Carta da Burra*. Obtido de Património Cultural:
<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>

ICOMOS. (3 de outubro de 1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico*. Obtido de Património Cultural:
<http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

ICOMOS. (7 a 15 de outubro de 1987). *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Obtido de Património Cultural:

- <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobresalvaguardadidadeshistoricas1987.pdf>
- ICOMOS. (26 de outubro de 2000). *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Obtido de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>
- ICOMOS. (21 de outubro de 2005). *Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural*. Obtido de ICOMOS: <https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística, Portugal. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Lisboa*. Lisboa-Portugal: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Jureviciute, G. (2019). *Plastic < EMERGENCY > Architecture*. Barcelona: Institute for Advanced Architecture of Catalonia.
- Lopes, R. (19 de setembro de 2018). *Público*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2018/09/19/economia/opiniaio/o-alojamento-local-e-o-responsavel-pelo-despovoamento-da-cidade-de-lisboa-1843812>
- Melâneo, P. (s.d.). *O fachadismo da reabilitação*. Obtido de J-A Jornal Arquitectos: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/o-fachadismo-da-reabilitacao>
- National Geographic. (21 de maio de 2018). *O Que é o Plástico?* Obtido de National Geographic: <https://www.natgeo.pt/video/tv/o-que-e-o-plastico>
- Nepomuceno, M. (2014). *Desempenho energético dos edifícios*. Covilhã: UBI.
- Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul. (2016). *Caderno técnico nº 4 - Reabilitação e Conservação do Património Arquitectónico*. Obtido de Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul: https://www.oasrs.org/media/uploads/4_CT_Conservacao.pdf
- Ordem dos Arquitectos. (s.d.). *Portal dos Arquitectos*. Obtido de Portal dos Arquitectos: https://www.ordemdosarquitectos.pt/documents/11013/12732/historia_banhos_sao_paulo.pdf/bf994138-8391-4927-a3fe-da2fdf0a18d5
- Ordem dos Arquitectos. (s.d.). *Programa Preliminar*. Obtido de Ordem dos Arquitectos: <http://encomenda.oasrs.org/media/2019/11/pp.pdf>

- Pincha, J. P. (28 de agosto de 2018). *Público*. Obtido de Público:
<https://www.publico.pt/2018/08/28/local/noticia/quantos-turistas-pode-lisboa-receber-sem-lhe-causar-prejuizo-1842335>
- Pincha, J. P. (26 de maio de 2020). *Público*. Obtido de Público:
<https://www.publico.pt/2020/05/26/local/noticia/ampliacao-ordem-arquitectos-projecto-lisboa-pospandemia-1918053>
- República, Diário da. (8 de setembro de 2001). Obtido de Assembleia da República:
<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>
- RTP (Realizador). (1995). *A.A.P. – Banhos de São Paulo* [Filme].
- SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (s.d.). *Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos*. Obtido de SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2489
- SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (s.d.). *Teatro Eden*. Obtido de SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228
- Visit Portugal. (2020). *Visit Portugal*. Obtido de Visit Portugal:
<https://www.visitportugal.com/pt-pt/destinos/lisboa-regiao/73775>
- World Travel Awards. (2020). *World Travel Awards*. Obtido de World Travel Awards:
<https://www.worldtravelawards.com/award-europes-leading-city-destination-2018>